



Hegemônicas:

apontamentos sobre gênero,
raça, classe e diversidade para
o Serviço Social

Organizadoras

Cíntia Florence Nunes

Larissa Ramalho Pereira

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Organizadoras:

Cíntia Florence Nunes

Larissa Ramalho Pereira

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

HEGEMÔNICAS:

**Apontamentos sobre gênero, raça, classe e
diversidade para o Serviço Social.**

1a Edição

EDITORA FAITH

BAGÉ-RS

2023

Ficha Técnica

Título: HEGEMÔNICAS: Apontamentos sobre gênero, raça, classe e diversidade para o Serviço Social.

Organizadoras

Cíntia Florence Nunes
Larissa Ramalho Pereira
Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Arte da capa frontal

Gabriela Santos Aranda

Diagramação e editoração

Editora Faith

Registro

1ª. Edição ©2023

ISBN: 978-65-89270-39-3 (e-book)

ISBN livro impresso: 978-65-89270-38-6

Todos os direitos reservados aos autores e organizadores, sob encomenda à Editora Faith.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H489 Hegemônicas: apontamentos sobre gênero, raça, classe e diversidade para o Serviço Social / Cíntia Florence Nunes, Larissa Ramalho Pereira, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca; (organizadores).-- Bagé, RS: Editora Faith, 2023.

117p.

ISBN: 978-65-89270-39-3

1.Serviço Social

2.Diversidade

3.Gênero

I.Nunes, Cíntia Florence

II.Pereira, Larissa Ramalho

III.Fonseca, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da

IV.Título

CDU:364

Direção Geral
Caroline Powarczuk Haubert

Revisão
Organizadoras

Corpo Editorial

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano - UFRGS
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida - UFMT
Prof. Dr. Dejalma Cremonese - UFSM
Profa. Dra. Elisângela Maia Pessôa - UNIPAMPA
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - UFPEL
Prof. Dr. Gabriel Sausen Feil - UNIPAMPA
Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUC-RS
Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero - UNIPAMPA
Profa. Dra. Simone Barros Oliveira - UNIPAMPA
Profa. Dra. Sheila Kocourek - UFSM
Prof. Dr. Edson Paniagua - UNIPAMPA
Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPEL
Profa. Dra. Danusa de Lara Bonoto – UFFS
Profa. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel – UFFS
Prof. Dr. João Carlos Krause – URI
Prof. Dr. Márcio Marques Martins -UNIPAMPA
Prof. Dr. Marcos Barros - UFPE
Profa. Dra. Paula Vanessa Bervian – UFFS
Profa. Dra. Sandra Nonenmacher – IFFAR

Sumário

Prefácio	6
Capítulo 1 - Serviço Social e Transversalidade: Um Estudo Acerca dos Temas Transversais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil (ARANDA, Gabriela dos Santos; CRUZ, Laura da Silva; FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício; GARCIAS, Rafaela Marques).....	11
Capítulo 2 - Gênero e Marxismo: Debates em Curso no Serviço Social (ALMEIDA, Tamires Durigon; FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício; PEREIRA, Larissa Ramalho; RODRIGUES, Aíne Pinheiro; SILVA da, Matheus Fabrício).....	32
Capítulo 3 - O Serviço Social Brasileiro e as “Lutas Identitárias”: Classe, Raça/Etnia e Gênero/Sexo (NOSVITZ, Maria Brendler).....	47
Capítulo 4 - Questão Social e Questão Étnico-Racial: Reflexões Sobre a Formação Sócio-Histórica Brasileira (ALORALDO, Vanelise de Paula; BORGES, Nathália; MACHADO, Brenda Amaral; PEREIRA, Larissa Ramalho).....	61
Capítulo 5 - Contribuições Marxianas para a Compreensão da Emancipação Humana em Comunidades Quilombolas: Algumas Reflexões Necessárias (COGOY, Eliana Mourgues; GROSSI, Patrícia Krieger).....	85
Capítulo 6 - Caça às Bruxas: A Luta das Mulheres Frente ao Avanço do Neoconservadorismo no Brasil Contemporâneo (FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício; NUNES, Cíntia Florence).....	100
Currículos	114

Prefácio

Prefaciara uma obra é uma tarefa gratificante, pois nos possibilita a leitura e apreciação de um texto antes que ele seja publicado. Destarte, concomitante em que a obra a ser prefaciada nos instiga ao sabor da descoberta acerca de seu teor, que seja capaz de apurar suas mensagens, introduzindo brevemente o texto, trazendo provocações ao/à leitor/a acerca da contextualização da obra e da relevância em lê-la. Em decorrência disso, essa publicação requer trazer alguns detalhes acerca das autoras, neste caso, mais especificamente, sobre o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão que carinhosamente sua criadora e professora, Dra. Laura Fonseca, o denomina de “Hegemônicas” e pelo qual vamos apresentá-lo brevemente.

O Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais – NEPEGPSMS e o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/ CNPq recebem a denominação de “Hegemônicas, por representarem o feminino plural de pesquisadoras, extensionistas e acadêmicas, as quais participam, desde o ano de 2014, na construção desses espaços de fomento do conhecimento para uma Hegemonia Feminista.

O “Hegemônicas”, conforme o seu próprio nome sugere, prima por evidenciar as formulações de Gramsci sobre a categoria da hegemonia, entendendo-a, como central à compreensão do complexo universo teórico dos temas e dos fenômenos próprios e/ou transversais ao Gênero em relação às Políticas Públicas, aos Movimentos Sociais e ao Serviço Social. A relevância do esforço desse núcleo e grupo de estudo em apreender sobre os conceitos gramscianos reside na tentativa de captar os elementos produzidos por uma teoria que, além do rigor teórico-científico balizado pela filosofia da práxis, é capaz de fornecer às condições de articulação entre os processos atuais de exploração-dominação e, especialmente, refletir e questionar a materialidade da exploração, apropriação e opressão feminina, principalmente no cenário brasileiro. Por isso, intitular um

grupo de ensino, pesquisa e extensão de “Hegemônicas” constitui-se, como um elemento importante para circunscrever a obra de Gramsci em sua totalidade, por se tratar de uma categoria, como a hegemonia, que perpassa todas as outras no pensamento desse autor e que contém em si importantes facetas do complexo universo construído ao longo da produção gramsciana.

O “Hegemônicas” constitui-se em um grupo de pesquisa que emerge no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e busca a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio das pesquisas desenvolvidas e das atividades de extensão, integrando o fomento às monitorias de ensino e aos componentes curriculares obrigatórios e complementares na formação em Serviço Social. Essa é uma questão relevante, sobretudo, no campo do Serviço Social que tem na obra gramsciana um importante referencial.

Dessa forma, é uma honra poder prefaciá-lo livro “Hegemônicas” com: Apontamentos sobre o gênero, a raça, a classe e a diversidade para o Serviço Social”, pois é fruto de núcleo que luta pela construção de espaços de fomento do conhecimento para uma hegemonia feminista, sobretudo por ser uma produção composta por mulheres, quase em sua totalidade. Ademais, essas mulheres são estudiosas, militantes e assistentes sociais que nos representam pela riqueza apresentada em suas produções tecidas com densidade acadêmica, que se tornam sobejamente relevantes a todas que almejam um cotidiano, onde possam concretizar sonhos de liberdade e igualdade de oportunidades.

Prefaciá-la obra, portanto, nos deixa esperançosas e entusiasmadas por um mundo protagonizado por mulheres que passamos a apresentar o que será abordado nesse livro ao longo dos seus seis capítulos. Assim, primeiramente, as autoras abordam um estudo acerca dos temas transversais nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. A pesquisa tem por escopo conhecer e identificar nos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no país, os componentes curriculares, que garantam conteúdos transversais à formação específica e à educação pós-graduada. A partir da questão central de qual a contribuição à formação de assistentes sociais aos conteúdos de transversalidade nos componentes curriculares dos projetos pedagógicos

dos Cursos, materializam-se os pressupostos e os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares em Serviço Social, estabelecidas na Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Ao considerar também, a formação e a educação permanente nos programas de pós-graduação *stricto-sensu* e os estudos transversais, como questão estruturante para reatamento na formação em nível da graduação. Com isso, as autoras apontam os resultados ainda provisórios dos seus estudos, posto que a pesquisa ainda está em andamento, não obstante já permitem evidenciar os aspectos nodais acerca do conteúdo dos componentes curriculares. Ademais, o estudo possibilita uma compreensão maior acerca da formação profissional de graduação e da pós-graduação, considerando a centralidade do trabalho profissional na relação com a educação, desvendando a contribuição da perspectiva da transversalidade, dos temas e dos conteúdos transversais nos projetos pedagógicos desses cursos.

Gênero e marxismo são debates candentes ao Serviço Social, por isso também somos brindadas com essa discussão tão promissora na presente obra. Em compensação, o artigo se originou de uma atividade realizada durante o componente curricular Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. A partir das contribuições dessa área, as autoras e o autor propõem-se a estudar acerca da categoria gênero, sustentada na tradição marxista que orienta as reflexões e o trabalho profissional do conjunto hegemônico das/os assistentes sociais, que está ligado às melhores condições e direito das mulheres equiparados aos homens. O texto se pauta em uma análise bibliográfica e instiga às seguintes indagações críticas: de que modo a construção social referente à categoria gênero, em particular, no que diz respeito às questões étnico-raciais e de classe, vinculam-se às desigualdades históricas que foram produzidas entre homens e mulheres nas sociedades capitalistas? E, ainda, no decorrer deste processo, como o Serviço Social tem se apropriado do debate sobre gênero, no intuito de contribuir com a problematização em jogo? Sendo assim, o artigo busca estudar a categoria gênero, enquanto uma construção social que explica as relações de desigualdade social, econômica, cultural e política estabelecidas historicamente entre homens e mulheres, a partir dos debates e das produções acadêmicas do Serviço Social.

O Serviço Social brasileiro e as "lutas identitárias" são abordadas a partir do trinômio classe, raça/etnia e gênero/sexo. Isso porque a temática deste capítulo surge nas entranhas das contradições entre os estudos de gênero e suas interseccionalidades e o Serviço Social. As proximidades e os distanciamentos entre esses temas foram o fio condutor para que a autora considerasse oportuno trazer esse debate neste livro. Ademais, como a própria autora sugere, a preocupação científica, ética e política da profissão de assistente social com as diversas intersecções sociais, com destaque para a raça/etnia e o gênero/sexo, que são sumamente relevantes, porém recentes.

A Questão Social e as relações étnico-raciais são refletidas a partir da formação sócio-histórica brasileira, posto que são permeadas de contradições tanto na sua constituição quanto nas versões que retratam os fatos históricos. Por isso, as autoras optam por problematizar as contradições presentes na história dos povos negros e indígenas, a fim de revisitar como se deu a formação sócio-histórica brasileira e seus efeitos deletérios a essa camada da população. Além disso, as autoras também defendem enfaticamente o pressuposto de que é inviável debater acerca do objeto da profissão de assistente social e a questão social, sem apreender como surgiu a opressão e as formas de exploração sobre o povo negro e indígena; da hegemonia da branquitude, ancorado em um capitalismo dependente e racial, o qual ainda vem produzindo discriminações, preconceitos, racismos e múltiplas formas de opressão; assim como as lutas e as resistências. Portanto, lutar por um Serviço Social antirracista, requer a compreensão das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil no cotidiano de atuação, colocando em pauta a necessidade de valorização e maior visibilidade para o debate sobre a questão étnico-racial desde a formação acadêmica.

Levando isso em consideração, a emancipação humana em comunidades quilombolas é abordada a partir da teoria social de Marx, em especial, as autoras tomam como referência à obra Sobre a Questão Judaica, principalmente a respeito da relação entre a emancipação política e a emancipação humana. Partindo das ideias de Marx, as autoras afirmam que a emancipação política no contexto da sociedade capitalista, ainda que importante, é insuficiente por não contemplar as necessidades da

classe proletária relacionadas ao gênero, a raça e ao território. Ademais, isso está diretamente associado ao que as autoras buscam evidenciar neste capítulo no que se refere às comunidades quilombolas, especialmente tomando como exemplo o Quilombo da Família Silva, na qual retrata que a própria titularidade das terras não garante à emancipação humana.

Finalmente, vamos a *Caça às Bruxas: A luta das mulheres frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil contemporâneo* é um capítulo sabiamente provocativo para o fechamento desse promissor livro, em alusão ao mecanismo estratégico para o funcionamento do Capitalismo, tem-se em vista que as autoras abordam esse sistema econômico a partir do impacto que ele gera no contexto de vida das mulheres. As autoras partem do pressuposto de que o controle e a opressão dos corpos e do trabalho das mulheres são centrais no processo político histórico de dominação das mulheres, que foi organizado no sistema arcaico do patriarcado, cumprindo requisito à produção e à reprodução social desse modelo econômico.

Ao que nos parece, esta coletânea, como toda obra coletiva, também essa requer ser apreciada, tendo-se em consideração a riqueza e especificidade de cada contribuição na diversidade que apresenta. As sensações e as impressões que tivemos não se colocaram na mesma intensidade e profundidade em todas as partes, tampouco todas produziram as mesmas impressões. Contudo, é o conjunto da obra que nos deixa com a sensação de esperar ao constatar que algo de importante e de novo está se passando ao se abordar o gênero, a raça, a classe e a diversidade no Serviço Social. Enfim, essa obra representa um ponto de partida importante para reafirmar a relevância da luta das mulheres que se sentem comprometidas com a construção de uma nova sociedade a qual nos possa ser justa e plena.

Santa Maria, outono de 2023.

Cristina Kologeski Fraga
Chefe do Departamento de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

Capítulo 1 - Serviço Social e Transversalidade: Um Estudo Acerca dos Temas Transversais nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

ARANDA, Gabriela dos Santos

CRUZ, Laura da Silva

FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício

GARCIAS, Rafaela Marques

Introdução

Este capítulo apresenta a pesquisa “*Serviço Social e Transversalidade: um estudo acerca dos temas transversais nos de Cursos graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil*” e os seus resultados preliminares. Trata-se de um relato parcial de análise da pesquisa iniciada no ano de 2022 e realizada pelas autoras, a professora coordenadora do projeto e docente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM com bolsistas de graduação, vinculadas ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social – Hegemônicas. O projeto recebeu financiamento do Fundo de Incentivo à Pesquisa – FIPE, modalidade “Sênior”, selecionado em Edital da Pró-Reitoria Pós-graduação e Pesquisa – PRPGP da UFSM.

A pesquisa tem por escopo conhecer e identificar nos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social no país, os componentes curriculares, que garantam conteúdos transversais à formação específica e à educação pós-graduada. A partir da questão central de qual contribuição à formação de Assistentes Sociais os conteúdos de transversalidade nos componentes curriculares dos projetos pedagógicos dos Cursos, materializam os pressupostos e os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares em Serviço Social, estabelecidas na Resolu-

ção CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Ao considerar também, a formação e a educação permanente nos programas de pós-graduação stricto-sensu e os estudos transversais como questão estruturante para reatamento na formação em nível da graduação.

A metodologia da pesquisa, de tipo quanti-qualitativa, utiliza dados que demonstram o objeto do estudo; material para análise de conteúdo, a partir da consulta aos currículos disponíveis nas páginas dos Cursos, nos sites oficiais das instituições de ensino superior; consulta bibliográfica e documental. O Universo estudado está delimitado nas instituições públicas e particulares-comunitárias do país. A escolha destas instituições cumpre referência àquelas que, ao longo dos oitenta e seis anos da história do Serviço Social brasileiro, consolidam a graduação e a pós-graduação na área. O método dialético crítico de Marx, enquanto método de investigação e de exposição contempla o rigor da análise. As categorias nucleares do método sustentam o percurso metodológico: totalidade, contradição e mediação; singularidade, universalidade e particularidade.

Com atenção ao pretendido neste capítulo, o relato está organizado em cinco tópicos:

1. Justificativa e Objetivos da Pesquisa;
2. Metodologia da Pesquisa;
3. Quadro teórico-conceitual e conjunto das normativas do Serviço Social.
4. Resultados Preliminares do Estudo.
5. Considerações Finais.

1. Justificativa e Objetivo da Pesquisa

1.1 Justificativa:

O Serviço Social no Brasil completou em 2021, oitenta e cinco anos de criação do seu primeiro curso de educação superior e no mesmo ano vinte e cinco anos da sua última reforma curricular proposta e de abrangência para todo país, as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996), apro-

vada no Conselho Nacional de Educação – CNE, há vinte anos (2002). Neste período, destacadamente, nas duas décadas que seguiram o novo currículo para a graduação, expandiu-se a pós-graduação brasileira na área, acompanhando um movimento ascendente na formação profissional específica e pós-graduada no Serviço Social.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o Curso de graduação em Serviço Social foi criado no ano de 2010, na conjuntura de expansão da educação superior brasileira, protagonizada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹. O Curso completou a sua primeira década no ano de 2020, e neste mesmo ano, encaminhou a sua proposta de mestrado acadêmico *stricto sensu*, aprovada na UFSM e aguardando parecer da CAPES. Desde sua criação, o Curso graduou cerca de duzentos estudantes, mantendo baixa evasão e positiva trajetória institucional.

Ao longo de mais de dois anos, o Curso de graduação em Serviço Social da UFSM realizou reforma curricular, a partir de amplo debate com os segmentos docente, discente e técnicos administrativos em educação. No ano de 2018, a reforma curricular foi aprovada no âmbito da Universidade, contemplando componentes curriculares transversais, obrigatórios e complementares, na formação específica de assistentes sociais. A nova versão do currículo tornou o processo formativo mais flexível e qualificado, contemporâneo e socialmente referenciado no projeto ético-político do Serviço Social

Assim, conhecer e identificar como se apresentam temáticas transversais nos Cursos brasileiros de Serviço Social, níveis de graduação e pós-graduação, atende a necessária atenção permanente com a formação profissional, contribuindo na atualização curricular dos componentes curriculares obrigatórios e dos complementares e/ou eletivos. De tal

¹ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O programa foi fundamental para criação de novos Cursos Superiores no país. As ações do REUNI contemplavam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, o combate à evasão, entre outras metas que tinham o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

modo, para além de um estudo exploratório e revisional dos currículos, há atenção com os limites e as possibilidades do ensino superior na área na conjuntura contemporânea e o rebatimento na particular formação empreendida na esfera singular da UFSM.

1.2 Objetivos:

Conhecer a partir da pesquisa dos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, os componentes curriculares que garantam conteúdos interdisciplinares, apresentando temas transversais à formação específica e à educação pós-graduada, na designação e ementa das disciplinas consultadas nas páginas dos Cursos disponíveis nos sites das instituições de ensino superior.

Identificar as temáticas transversais que são estudadas nos currículos dos Cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, agrupando os componentes curriculares de acordo com as suas finalidades, como: disciplinas obrigatórias, disciplinas complementares, e/ou disciplinas eletivas, formando um mapeamento nacional, que permita medições e correlações entre currículos e instituições de ensino superior.

Analisar os eixos formativos, previstos nas diretrizes curriculares da graduação em Serviço Social e a transversalidade curricular, situando os componentes curriculares transversais nos núcleos formativos: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Analisar a integração das linhas de pesquisa dos Cursos de pós-graduação em Serviço Social e a transversalidade curricular, situando os componentes curriculares transversais relacionados a elas.

Demonstrar o objeto de estudo no contexto nacional e regionalizado, considerando as regionais de abrangência previstas na composição da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: regional norte; regional nordeste; regional centro-oeste; regional leste; regional sul I e regional sul II.

2. Metodologia da Pesquisa:

O percurso metodológico inicia-se com a definição do tema Serviço Social e Transversalidade, qualifica a atenção com a coleta de material e a análise dos dados apurados; a revisão dos documentos normativos e legislações sobre o tema da pesquisa; estudo dos conteúdos dos currículos pesquisados; e revisão sistemática da literatura que aborda a temática, compondo os principais marcadores da investigação.

O método dialético crítico de Marx, enquanto método de investigação e de exposição, contempla esses dois momentos da análise, presumindo que o objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado, criticamente em suas determinações essenciais. As categorias nucleares do método crítico dialético de Marx: totalidade, contradição e mediação; singularidade, universalidade e particularidade são basilares no processo de investigação e de exposição.

De acordo com Chagas (2011), “método de Marx é um valioso procedimento de investigação e exposição crítica ao método positivista da economia clássica e ao método formal da dialética hegeliana”. Evidencia as contradições do pensamento positivista na pesquisa, por sua separação rígida em etapas do estudo, fragmentando a realidade em pedaços descontextualizados.

Netto (2011), discorrendo acerca do método de Marx, afirma que o pensador alemão ao entregar a teoria do capital deu-nos a reprodução ideal do seu movimento real:

[...] E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as múltiplas determinações. (Netto, 2011, p. 52-53).

Chagas (2011) e Netto (2011) auxiliam com as interpretações do método de Marx, quando tratam do procedimento da investigação, exposição e a posição do sujeito que pesquisa, considerando especialmente

o estudo do capital, empreitada inacabada do pensador alemão. Ambos concordam que o método por ele descoberto, na segunda metade do século XIX, é o que tem permitido a abordagem crítica-analítica do contexto estrutural contemporâneo por diversos autores e autoras do campo do marxismo.

Com efeito, para este estudo, ao partir do método, a proposta da pesquisa é do tipo quanti-qualitativa, coletando dados que demonstrem o objeto do estudo de modo a ser quantificado e permitindo a análise qualitativa do conteúdo, a partir da consulta aos currículos disponíveis nas páginas dos Cursos e nos sites das instituições de ensino superior; consulta bibliográfica e documental.

Os dados quantitativos buscam auxiliar a caracterização e a distribuição regional e nacional do Cursos, demonstrando a concentração de oferta da pós-graduação em Serviço Social no Brasil como um ponto de partida para a análise dos projetos pedagógicos e seus componentes curriculares em conformidade com linhas de pesquisa e produção científica da área.

A partir do mapeamento da pós-graduação define-se o universo dos Cursos de graduação a serem estudados, composto no universo da investigação de trinta e quatro instituições de ensino superior públicas, comunitárias e privadas.

A base quantitativa resulta de operações estatísticas dos dados. Desse modo, a delimitação do universo da pesquisa da graduação é definida a partir da “presença” da pós-graduação. Essa escolha busca conhecer se há relação entre os estudos da pós-graduação e a formação profissional na graduação em Serviço Social, no que tange os conteúdos transversais.

O material qualitativo da pesquisa é composto a partir da revisão de literatura e documentos, do tipo integrativa e sistemática. O conteúdo para análise qualitativa, dos componentes curriculares, se detém nos seus enunciados principais: denominações e ementas. Para a exploração e tratamento do conteúdo utiliza-se das regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2011).

Ademais, a leitura da realidade social constituidora da formação profissional e sua materialidade substantiva nos projetos pedagógicos de Cursos, nos estudos e pesquisas produzidas na área do Serviço Social e a base cultural da profissão, são interpretadas à luz das categorias nucleares

do método crítico dialético: totalidade, contradição e mediação; singularidade, universalidade e particularidade (NETTO, 2011).

A distribuição dos dados da pesquisa, para fins de apresentação do estudo, levará em conta o contexto nacional e regionalizado, considerando as regionais de abrangência previstas na composição da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: regional norte; regional nordeste; regional centro-oeste; regional leste; regional sul I e regional sul II.

O Universo a ser estudado será delimitado nas instituições públicas e particulares comunitárias. A escolha destas instituições assegura consistência do material da análise, pois ao longo dos oitenta e seis anos da história do Serviço Social brasileiro, estas instituições em diferentes momentos consolidaram a graduação e a pós-graduação da área.

3. Quadro Teórico-Conceitual e Conjunto das Normativas do Serviço Social

A pesquisa de revisão sistemática da literatura e documental, até aqui, permite compor um quadro teórico-conceitual básico e a definição do conjunto das normativas da área do Serviço Social, para articular as categorias do estudo com dados e com o material empírico da análise. Destacam-se no quadro teórico as contribuições das teorias, conceitos e normativas da área do Serviço Social, que abarcam as categorias: *Educação Superior; Reprodução Social; Transversalidade e Interdisciplinaridade; Diretrizes Curriculares Nacionais e Projeto Ético- Político do Serviço Social.*

3.1 Educação, Produção e Reprodução Social

A formulação teórica em Karl Marx² indica uma concepção ampliada para compreender a educação na sociedade, para além da sua dimen-

² Karl Marx (Tréveris – Alemanha, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883), foi um dos maiores pensadores do século XIX, nos mais variados campos do conhecimento: filosofia, economia, política e sociologia para citar os principais de reconhecimento mundial. Suas obras permanecem atuais e com fôlego para elucidar a sociedade capitalista contemporânea. Seus estudos, no contexto do capitalismo industrial, permitem conhecer o sistema capitalista e a engrenagem da produção e reprodução social. “Há várias leituras possíveis de Marx” (COLLIN, 2019, p.12).

são escolar. Segundo sua forma de conceber “a educação como processo de produção e reprodução social da condição humana” (MARX, 2006). Um processo que resulta da relação entre ser humano e natureza, possível pela mediação do trabalho. A categoria trabalho é central na análise marxiana, ela é a base para entender o processo de produção e reprodução da vida social.

Em Marx (2004), o trabalho e o sentido amplo da educação na formação do processo sócio-histórico e econômico de produção e reprodução social, surge inicialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 2004), quando ao autor identifica o trabalho como a base do processo. Na obra, Marx desenvolve reflexão sobre o trabalho e a alienação, dentre outros aspectos que definem a ação humana e sua relação com a realidade material.

A centralidade do trabalho como categoria central no processo de produção e reprodução social é retomada por Marx nas obras, *a Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 2007) e *o Manifesto Comunista* (Marx e Engels, 2006), em que contou com a colaboração intelectual de Engels³.

Ambos autores problematizam a alienação no trabalho, a interpretação do que chamam de trabalho alienado e acrítico como a base de toda alienação humana, que é condição indispensável para a dominação da classe burguesa e a acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas. Assim, cumpre esta função alienante, requisito basilar do Capital.

No Capital, obra inacabada de Marx (2012), trabalho assalariado e capitalismo voltam justificados, enquanto objetos de estudo. O contraponto possível ao trabalho alienado, não se cumpre, sem a ruptura do sistema de exploração e acumulação capitalista, mas, requer pensar o trabalho como elemento *humanizado* para emancipação humana na passagem de toda produção social à classe trabalhadora. A eliminação dos antagonismos de classe, também, convoca uma unidade entre “ins-

³ Friedrich Engels, Barmen, 28 de novembro de 1820 — Londres, 5 de agosto de 1895). Foi coautor de diversas obras com Marx. Após a morte de Marx, os dois últimos volumes de O Capital, principal obra de seu amigo. Engels também organizou as notas de Marx em Teorias sobre a Mais-Valia, que depois foram publicadas como o 4º volume de O Capital.

trução” e trabalho, no sentido atribuído à educação naquele contexto estudado pelo autor.

Com efeito, a formulação marxiana da combinação da educação e o trabalho, desde o apontado no *Manifesto Comunista* (2006), não apenas se funda na categoria trabalho como elemento central no processo de humanização, mas a ela retorna, quando rompe com a sua forma alienada.

O processo de humanização do trabalho, tematizado inicial e centralmente na teoria marxiana, ganha adensamento no terreno do conhecimento marxista com a contribuição do pensamento de Georg Lukács⁴.

Lukács em sua obra *Ontologia do Ser Social* (2018) sublinha a importância do papel da educação na reprodução social, ressaltando que cabe a esta o papel de capacitar os homens a “reagir adequadamente aos acontecimentos e as reações novas que vierem a surgir em sua vida”. Nesse sentido, há estreita aproximação entre o que Marx e Engels (2006) entendem por educação na perspectiva mais ampliada do mero instruir, e o que defende Lukács (2018).

A partir da noção de interação entre o ser humano e o meio natural, conforma-se um novo patamar de sociabilidade. O salto ontológico representa então, uma transformação radical e irreversível na forma de vida existente ao longo do tempo, através do conhecimento das coisas e do trabalho com as coisas, o ser ultrapassa a condição primitiva da existência para o patamar de ser social, com o domínio do conhecimento e do trabalho, entendido como um complexo fundante (LUKÁCS, 2018).

O ser social nasce então constituído por outros complexos, porém, o trabalho é o complexo fundante. Lukács (2018) afirma:

Já que se trata do complexo concreto da socialidade enquanto forma de ser, pode ser legitimamente afluída a questão de por que precisamente destacamos, nesse com-

⁴ Budapeste, 13 de abril de 1885 — Budapeste, 4 de junho de 1971. Foi um filósofo e historiador literário húngaro. Suas duas obras da maturidade mais importantes são a *Estética* e *Para Uma Ontologia do Ser Social*, nas quais identifica uma estética e uma ontologia em Marx.

plexo, o trabalho e lhe subscrevemos um lugar de tal modo preferencial no processo e para o salto da gênese. A resposta é ontologicamente considerada, mais simples do que parece à primeira vista: porque todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surge apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2018, p. 9)

Amorim (2018), baseada em Lukács (2018), acrescenta que a educação lato e estrito estão associadas ao fato de que a qualquer momento podemos nos deparar com acontecimentos e situações nunca experimentados, em que o indivíduo poderá não reagir adequadamente, e isso impulsionaria a busca de conhecimentos que respondessem a isso.

Santos (2019) infere, ainda de acordo com a ontologia lukacsiana, que o surgimento destes dois tipos de educação está ligado à totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. A autora, fundamentada em Lukács, alega que a essência ontológica da função educativa é influenciar os ser a realizar outros pôres teleológicos⁵ resultam das ações intencionadas e necessárias às novas situações de vida e transmitir o conhecimento acumulado pela humanidade às gerações vindouras.

Para Amorim (2018), a função que a educação exerce em sentido lato e estrito só pode ser essencialmente compreendida a partir do lugar onto-histórico de constituição das sociedades, tanto a primitiva como a

⁵ Pôr teleológico é o resultado sintético entre intencionalidade humana e causalidade natural.

de classe, em que o trabalho assume formas próprias de produção. Estas cumprem papéis diferentes, porém, existe uma influência mútua entre as duas dimensões. Assim, de acordo com os estudos da pesquisadora em questão, a atribuição ontológica da educação nos dois aspectos seria influenciar e induzir à tomada de decisões, mediando o desenvolvimento da pessoa, permitindo-lhe alcançar patamares mais elevados de pertencimento ao gênero humano.

A ontologia materialista de Lukács (2013) é edificada em torno da categoria do trabalho. Em sua investigação, o ponto de partida é a análise da atividade do trabalho porque, conforme argumenta o filósofo, é no interior dela que estão contidas todas as determinações que constituem a essência do ser social. Nesse sentido, o trabalho é essencialmente a atividade humana, necessária em todo o desenvolvimento histórico, que transforma a natureza no bem essencial à reprodução da vida em sociedade. Não estão em questão às múltiplas variações que a categoria do trabalho sofreu ao longo da história, em especial, os determinantes que surgiram após a divisão do trabalho. Trata-se, especialmente, da atividade que condiciona a existência humana, independentemente de qualquer forma de desenvolvimento social.

O pensamento de Marx, Engels e Lukács são fundamentais para situar, no campo teórico marxista, o sentido do trabalho na vida social, antes de mercadoria fetichizada no capitalismo, como forma material da construção humana ao longo da história, dialeticamente em movimento da ação ao conhecimento.

Ao pensar a educação e seu caráter na produção e na reprodução social torna-se indispensável contextualizar seu marcador fundante: o trabalho na vida social. O trabalho no seu significado ontológico e teleológico é anterior a educação. É ele quem impulsiona o modo como os outros elementos sociais se desenvolvem.

O trabalho, assim, exerce o momento predominante no processo de gênese do ser social, porque é no seu interior, nos processos próprios ao ato do trabalho, que nasce a exigência do desenvolvimento social como, por exemplo, a necessidade da fala. A este aspecto Lessa lembra que “a

fala surge porque os homens têm algo a dizer uns aos outros. E eles têm algo a dizer, porque o processo de trabalho cria ininterruptamente, o qual é espontaneamente generalizado pelo fluxo da práxis social” (LESSA, 2012, p.185).

Ademais, Netto e Braz (2006) afirmam:

Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência filosofia, a arte etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 43).

Nesta pesquisa, a relação entre educação e trabalho é central, um estudo que analisa a formação profissional em Serviço Social, considerando os componentes curriculares dos Cursos de graduação e pós-graduação, e os temas e conteúdos transversais presentes na grade curricular.

Assim, entende-se a transversalidade como concepção, didática pedagógica e estratégia de aprendizagem em permanente movimento, a partir da relação entre educação e trabalho, na qual a centralidade e síntese está na formação para o trabalho especializado do Serviço Social. Com esta noção, a formação profissional expressa as contradições do tecido social, a luta dos opostos interesses entre capital e trabalho, a construção intelectual da profissão e suas adesões, reformas e rupturas, ao longo dos mais de oitenta anos de história no Brasil.

A realidade concreta do trabalho profissional, histórica e socialmente determinada, por se efetivar na vida social, aponta os desafios da formação graduada e pós-graduada, ao mesmo tempo, revela as potencialidades da área, reafirmadas na materialidade do projeto ético-político da profissão.

Ao caminhar no estudo, importa conhecer o conceito de transversalidade que sustenta a pesquisa. Objetiva-se a sustentação conceitual que espelha a referência teórica e crítica, denunciando a armadilha do uso vulgar da noção do que é “transversal”, que desloca o “conhecimento

específico”, uno disciplinar, para o marcador interdisciplinar da transversalidade no campo do conhecimento.

3.2 O Conceito de Transversalidade

A área da educação cunha o termo como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. Um tipo de “princípio” e, ao mesmo tempo concepção de abrangência da formação profissional (na área educacional) atravessada por saberes e conhecimentos gerais e de contribuição multidisciplinar e interdisciplinar.

De modo sucinto, trata-se de “princípio teórico que busca uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal)” (MENEZES, 2001). Ou seja, na transdisciplinaridade não existem fronteiras entre as disciplinas.

Para tal, ampara-se no conceito de transversalidade⁶ que emerge dos movimentos de renovação pedagógica nas últimas três décadas do século XX, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que são ensinados.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs,

[...] a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se tra-

⁶ O termo transdisciplinaridade foi criado pelo educador Jean William Fritz Piaget (Neuchâtel, 9 de agosto de 1896 - Genebra, 16 de setembro de 1980) e divulgado pela primeira vez no I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade, que aconteceu em 1970, na Universidade de Nice, na França.

ta de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. (MENEZES, 2001)

Ademais, faz-se necessário para entender o conceito, no que a transversalidade se difere da interdisciplinaridade, porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a educação se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento referentes à realidade.

Santos e Pini (2013) abordam a formação profissional do/a Assistente Social, com o objetivo de ressaltar o ensino da prática e sua relação com o estágio curricular em Serviço Social. As autoras apresentam o debate ocorrido no Projeto ABEPSS itinerante, no transcorrer do ano de 2012, identificando três princípios fundantes das diretrizes curriculares de 1996 e contidos nos princípios do estágio presentes na Política Nacional de Estágio - PNE (ABEPSS, 2010):

1. Há uma transversalidade do ensino da prática em nossa proposta de diretrizes curriculares, esta entendida como ensino teórico-prático que envolve diferentes tipos de conhecimentos;
2. O estágio é um dos componentes curriculares desse ensino da prática que dá materialidade ao nosso projeto de formação profissional, ou seja, é um momento privilegiado na relação teoria/prática;
3. O estágio supervisionado em Serviço Social tem centralidade nas Diretrizes Curriculares (Estágio obrigatoriamente acompanhado de supervisão acadêmica e de campo). (SANTOS; PINI, 2013, p. 134-135).

As autoras partem destes princípios para argumentarem o caráter transversal do ensino da prática na estrutura curricular do projeto de formação profissional e na PNE. Isso porque, prática e teoria estão em constante movimento, de modo que os conteúdos teóricos, prevalente nos projetos pedagógicos, é para onde a prática se volta. Ou, nas palavras de Santos e Pini (2013):

[...]. Nessa perspectiva, a prática é o lugar para o qual o pensamento se volta. Podemos afirmar, então, que teoria e prática constituem uma unidade na diversidade, isto é, são categorias distintas, mas que mantêm uma relação visceral entre elas. Não podem ser vistas em separado. [...]. Nessa direção, toda formação é teórico-prática, no sentido de que os conteúdos que tratam da teoria assim o fazem por ser esta uma interpretação da realidade com a qual vamos atuar como profissionais. (SANTOS; PINI, 2013, p. 137).

Ademais, ao considerar transversal o ensino da prática na formação no nível da graduação, há unidade na diversidade dos núcleos/eixos que articulam um conjunto indispensável de conhecimentos e habilidades à qualificação da formação profissional de assistentes sociais na contemporaneidade.

Previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs – os núcleos/eixos da formação profissional, são: *Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social*, que trata dos conteúdos de fundamentos teórico-metodológicos e éticos; *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, que objetiva o conhecimento da formação sócio-histórica do Brasil; *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, que se volta para conteúdos mais diretamente relacionados ao exercício profissional, inserindo-se nesse núcleo componentes curriculares mais relacionadas à intervenção do assistente social.

Esses núcleos são considerados como indissociáveis entre si em uma relação de horizontalidade entre eles na formação profissional, articulando os “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS,

1997, p.64).

Toda proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos/eixos temáticos. Eles detêm a possibilidade de instrumentalizar o/a assistente social para a intervenção profissional, sendo que, “o núcleo de fundamentos do trabalho profissional é considerado central nas Diretrizes Curriculares e os demais direcionam-se a ele complementando-o e reforçando-o” (SANTOS, PINI, 2013, p. 140). Isso busca a real compreensão do significado social da profissão na sociedade capitalista.

Na pós-graduação seja em Serviço Social, ou em outra área, a natureza dos programas stricto-sensu é modulada a partir de uma “organização curricular flexível”, que expressam a relação entre linhas de pesquisa, os componentes curriculares estruturados em cada Curso e a produção acadêmica do corpo docente e discente.

A diversidade das linhas de pesquisa corresponde à variedade das áreas de ênfase dos Cursos (Serviço Social, Política Social, Direitos Sociais, Direitos Humanos, Políticas Públicas etc.). E, por sua vez, essa característica acompanha a produção dos programas, impulsionada com as pesquisas e publicações que são fomentadas. Mas, a concepção de transversalidade acompanha o mesmo entendimento de que o objeto da ênfase do Curso perpassa a proposta curricular, contemplando assim a especificidade nuclear da pós-graduação, com duas estratégias pedagógicas: componentes curriculares que abrangem temas transversais e de interfaces; desenvolvimento e fomento de pesquisas que abrangem temas transversais e de interfaces.

Os objetivos, o público e a finalidade da produção do conhecimento na pós-graduação estão para além da área privativa do Serviço Social, o que implicam interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na essência e finalidade desse tipo de formação.

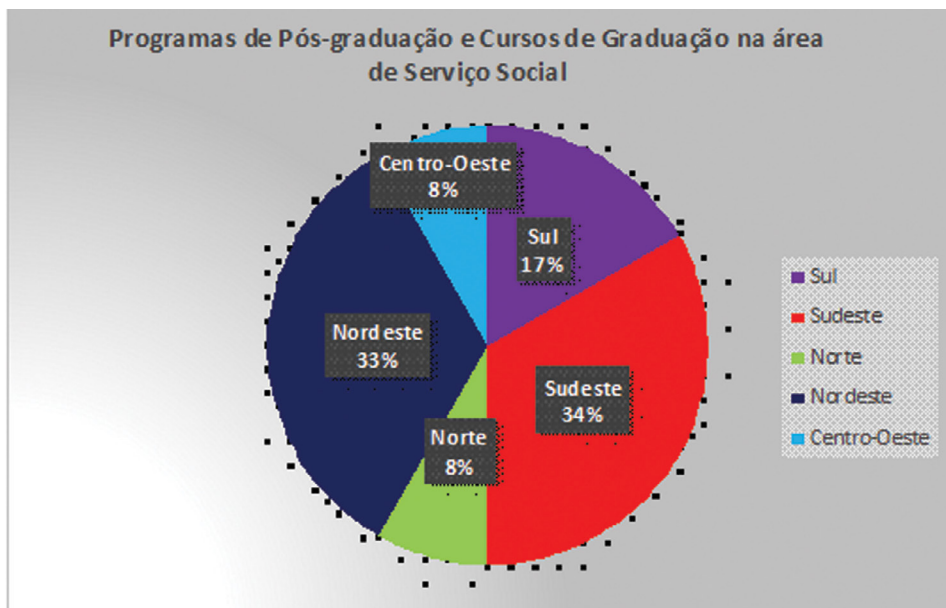
4. Resultados Preliminares do Estudo

A pesquisa nos documentos encontrados nas páginas e sites oficiais das instituições de ensino superior, e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no primeiro momento

de análise, apresenta os dados quantificados e distribuídos regional e nacionalmente. São dados que auxiliam na caracterização dos Cursos de Pós-graduação e graduação em Serviço Social, concentração regional e distribuição no território nacional. Desse modo.

4.1. Descrição Sintética do Mapeamento Quantitativo

4.1.1 Gráfico



Fontes: Plataforma Sucupira/CAPES e Sites das Instituições de Ensino. Abr-Dez (2022)

Este quadro confirma a concentração da pós-graduação e Cursos de graduação no Brasil nas regiões Sudeste e Nordeste, o que chama à atenção é a quase paridade entre ambas. Contudo, é importante registrar que há maior oferta de Cursos, considerando a quantidade de instituições e unidades da federação que oferecem Cursos na região Nordeste. Relevante observar que são quantitativos institucionais, não acompanhados de dados sobre matrículas efetivas nos Cursos, o que pode ser o diferencial entre as regiões do país.

O universo do estudo partiu do mapeamento das seguintes instituições de ensino:

Escola Superior de Ciências Da Santa Casa de Misericórdia de Vito-

ria; Fundação Universidade Federal de Brasília; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Católica de Pelotas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte; Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Juiz De Fora; Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Amazonas; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

A análise do conteúdo dos componentes curriculares está em desenvolvimento, e prevista para interpretação e conclusão no ano de 2023. O material qualitativo contempla os enunciados e ementas dos componentes curriculares, agrupados nos projetos pedagógicos dos Cursos, a natureza dos componentes curriculares, se obrigatórios ou complementares/eletivos, as bibliografias e demais informações que permitam qualificar o estudo do objeto da análise.

Entretanto, é possível adiantar quatro aspectos que são evidenciados com a análise do conteúdo dos componentes curriculares: a limitada presença de temas transversais na graduação indicados nas ementas e ausência de referência à transdisciplinaridade como princípio e/ou metodologia de aprendizagem na formação profissional; a presença residual de temas transversais na pós-graduação em oposição no que é anunciado em boa parte dos programas de pós-graduação – PPGs.

5. Considerações Finais

O Serviço Social brasileiro assume a perspectiva crítico-dialético como matriz para a formação profissional e como embasamento para o exercício da profissão, após questionar e propor mudança na formação profissional, a partir da problematização do modelo dominante até a segunda metade do século XX.

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas no âmbito da ABEPSS, a formação de assistente social passa a ser requisito fundamental à materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para tal, a formação requer competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, garantindo condições para apreensão crítica dos processos sociais, analisando-os sob uma perspectiva de totalidade. Essa formação é tarefa primeira dos Cursos de Graduação, os quais tornam-se permanentemente atualizados e qualificados com a participação indispensável da Pós-graduação.

A pesquisa em andamento, apresentada em resumo neste capítulo, busca compreender a formação profissional graduada e pós-graduada, considerando a centralidade do trabalho profissional na relação com a educação, desvendando a contribuição da perspectiva da transversalidade, temas e conteúdos transversais, nos projetos pedagógicos dos Cursos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL – ABESS. Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 7, p. 58-76, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. 2010. Disponível em <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 01 mar 2023.

ABREU, M. M. Apresentação da Revista Temporalis. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Revista Temporalis**, n. 14. Ano VII, jul-dez.2007.

AMORIM, M.G. R. de. **Educação para o trabalho no capitalismo: o Pró-Jovem como negação da formação humana.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, MEC/CNE – **DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002,** Brasília: DF.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. Síntese, Belo Horizonte: **Revista de Filosofia** 38 (120), 55-70, 2011.

COLLIN, D. **Comprender Marx.** 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

IAMAMOTO, M. V. A Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social & Sociedade – Formação e desafios profissionais.** São Paulo, v.134. p. 13-33, janeiro/abril, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a)assistente social na atualidade.** CFESS. Atribuições privativas do/a assistentesocial em questão. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Global Editora, 2006.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. **O Capital**. 7ª Edição Resumida. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes transversalidade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira-EducaBrasil**. São Paulo: Mi-diamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/transversalidade/>>. Acesso em 01 mar 2023.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1.)

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. SANTOS, E. Trabalho, educação e pobreza. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

SANTOS. C.M., PINI, F. A Transversalidade do Ensino da Prática na Formação Profissional do Assistente Social e o Projeto Abepss Itinerante. **Temporalis**. Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 133-153, jan./jun. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Edição Revista e Atualizada. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

YASBEK, M.C., IAMAMOTO, M. V. (Orgs.) **Serviço Social na História – América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

Capítulo 2 - Gênero e Marxismo: Debates em Curso no Serviço Social

ALMEIDA, Tamires Durigon
FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício
PEREIRA, Larissa Ramalho
RODRIGUES, Aíne Pinheiro
SILVA da, Matheus Fabrício

Introdução

O artigo ora apresentado originou-se de uma atividade realizada durante a disciplina de Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. A partir das contribuições dessa área, propõe-se estudar acerca da categoria gênero, sustentada na tradição marxista que orienta as reflexões e o trabalho profissional do conjunto hegemônico das/os assistentes sociais. Desta forma, o presente estudo se pauta em uma análise bibliográfica, tendo como referência o artigo *Gênero, Marxismo e Serviço Social*, escrito pela assistente social *Doutora Vanessa Bezerrade Souza*¹, no ano de 2014, publicado na revista *Temporalis*².

Problematiza-se neste espaço de que modo a construção social referente à categoria gênero, em particular, no que diz respeito a questões

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e pós-doutorado em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Atualmente, é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem experiência na área do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde pública, movimentos sociais, mulher, gênero e pós-modernidade. Mãe da Valentina, nascida em 2004, e do Bernardo, nascido em 2009. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4038551294583362>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

² Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

étnico-raciais e de classe, vinculam-se às desigualdades históricas que foram produzidas entre homens e mulheres nas sociedades capitalistas. E, ainda, no decorrer deste processo, como o Serviço Social tem se apropriado do debate sobre gênero, no intuito de contribuir com a problematização em jogo. Sendo assim, objetiva-se com este artigo estudar sobre a categoria gênero enquanto uma construção social que explica as relações de desigualdade social, econômica, cultural e política estabelecidas historicamente entre homens e mulheres, a partir dos debates e produções acadêmicas do Serviço Social, ligados ao tema em pauta.

Neste horizonte, com vistas a atender os objetivos aqui elencados, é necessário desenvolver análises a respeito das relações de gênero fundadas no cerne de uma sociedade capitalista, levando em consideração aspectos de classe social e organização da sociedade como um todo. Esses aspectos são cruciais para que seja possível compreender a desigualdade de gênero como uma construção sócio-histórica, vislumbrando na atuação profissional das/dos assistentes sociais a redução de danos oriundos das relações desiguais de gênero, com agravamento dessas questões quando observado aspectos étnico-raciais e de classe.

Para tanto, o estudo está organizado em quatro subitens, os quais tratam de Relações de gênero; Gênero como uma categoria do marxismo; Gênero e classe social; e, por fim, Considerações Finais.

Relações de Gênero

Historicamente, as relações sociais de gêneros são muito difusas, complexas, e acompanham os preceitos normativos e morais de cada sociedade a seu tempo. Sendo assim, é elementar que se discorra a respeito dos papéis de gênero e como eles influenciam nas relações entre gêneros. Ademais, será abordada a relevância entre gênero e Serviço Social na mediação dos interesses da população e do Estado, compreendendo-o como um Estado coercitivo³ e que serve aos interesses da classe dominante brasileira.

³ O Estado coercitivo se dá com o intuito de punir e vigiar a população para controlá-la, podendo ocorrer por intermédio do instrumental técnico-operativo do assistente social.

O período escravocrata brasileiro⁴ foi marcado pela escravização de mulheres e homens negros e povos originários, os quais serviram as senhoras e senhores brancos colonizadores. Nesse período, já existia uma divisão social, étnico-racial e sexual do trabalho, impondo diferenciação dos afazeres a serem realizados por homens negros e por mulheres negras, muito embora, em determinados casos, as mulheres negras fossem mão-de-obra indispensável para execução de determinadas tarefas ora direcionadas aos homens. Para além disso, no que tange às famílias brancas, os homens eram responsáveis pelo sustento econômico da casa e, as mulheres, pelo comando e cuidado das casas e dos filhos.

No mesmo período, na Inglaterra, durante a Primeira Revolução Industrial (1760 a 1850), com o advento do capitalismo e o trabalho nas grandes indústrias, apesar das mulheres fazerem parte da massa trabalhadora industrial, os homens continuam sendo vistos como seres de maior significância e prestígio social em relação a elas. Porém, é preciso ter em mente que, para que esses homens pudessem sair de suas casas para trabalhar, era necessário que contassem com o trabalho doméstico realizado pelas esposas e filhas, as quais também acumulavam o trabalho nas fábricas. Desse modo, percebe-se aquilo que hoje se intitula dupla/tripla jornada de trabalho, realizado pelo gênero feminino, com má remuneração, com ocupação de precarizados postos de trabalho e com a realização de trabalho doméstico, para o qual não havia e ainda permanece sem qualquer remuneração e/ou compensação, seguindo invisibilizado e desqualificado pelo gênero masculino.

Igualmente importante, por valorizar o trabalho assalariado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado apagou a importância social do trabalho não assalariado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo. Institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, ele naturalizou injustiças de gênero e as removeu de contestações políticas. (AUDRE. et al, 2019, p.30)

Na atualidade, no século XXI, os papéis de gênero ainda reproduzem

⁴ Durou cerca de 388 anos, tendo o seu fim marcado pela Lei Áurea em 1888.

as desigualdades entre mulheres e homens, interferindo na maneira com que meninas e meninos são ensinados por suas famílias e nas relações que estabelecem em sociedade. As meninas ainda, em sua esmagadora maioria, são criadas para a esfera reprodutiva, que contempla as áreas do cuidado, afeto e atividades domésticas. Em contraponto, os meninos são educados para realizar atividades de cunho produtivo, que consistem, basicamente, no trabalho remunerado (BRASIL, 2014). Nesse sentido, é possível entender como se estabelece o trabalho designado às mulheres. Se, assim como dito, mulheres são educadas para desenvolver atividades da esfera reprodutiva, entende-se que profissões como Serviço Social, Enfermagem, Psicologia e tantas outras se fundem nesse mesmo princípio, uma vez que a maioria das/dos profissionais dessas áreas são mulheres e dedicam-se ao cuidado para com o outro.

Após elucidar a respeito do papel de gênero, é possível compreender de maneira mais adequada sobre relações de gênero, termo costumeiramente usado pela autora do artigo estudado, Vanessa Bezerra de Souza. Posto isto, as desigualdades sociais existentes entre gêneros colocam as mulheres como sujeitos em maior risco de vulnerabilidade social e econômica, que se torna ainda mais latente se agregada a outras características que incorrem em um somatório de riscos, tais como: ser mulher negra, indígena, pobre, moradora da periferia, LGBTQIAP+, quilombola etc.

Essas vulnerabilidades são constantemente apresentadas nos diferentes espaços sócio- ocupacionais em que as/os assistentes sociais estão inseridos. Portanto, no que se refere ao seu trabalho, entende-se a necessidade de maiores produções científicas sobre as relações de gênero e as desigualdades delas provenientes, a fim de que orientem e sustentem teoricamente o trabalho cotidiano desses/as profissionais, os quais tratam das expressões da questão social vivenciadas pelos gêneros, em especial, o feminino. Para além disso, a compreensão sobre as relações de gênero é fundamental para que se entenda os acontecimentos sociais e históricos e, por óbvio, possibilitar a elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas que visem reduzir os impactos das desigualdades entre

homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens, conforme destaca Veloso (2003), trabalhando na perspectiva da redução de danos; compreendendo-se que, dentro de um Estado capitalista e de cunho coercitivo, não será apenas

o trabalho das/dos assistentes sociais que será capaz de promover a transformação desejada.

Nesta ordem, o Estado coercitivo se apropria da instrumentalidade do Serviço Social para realizar a atribuição de selecionar aqueles que serão atendidos ou não pelas políticas públicas, ou seja, excluir, ao invés de incluir, cada vez mais, os sujeitos nas políticas sociais públicas, considerando que apenas as/os mais vulneráveis têm acesso. Desse modo, reitera-se a necessidade de uma formação qualificada e plural, em especial nesse âmbito, a fim de que os futuros profissionais tenham domínio dos fundamentos do Serviço Social e da instrumentalidade da profissão, a qual se deve manter firme na promoção e garantia dos direitos e justiça social.

Gênero como uma Categoria do Marxismo.

Para que seja viável a apreensão de gênero como categoria do marxismo, é necessário compreender que as teorias de Karl Marx (1818-1883) sofreram releituras de diferentes ordens temporais e teóricas. Suas concepções passaram por apreciações de diversos pensadores e intelectuais, que chegaram a interpretações distintas, alterando, muitas vezes, a essência das elaborações iniciais forjadas pelo autor. Na visão de José Paulo Netto (2006), o marxismo pode ser concebido como um bloco cultural diverso, ou seja, que possui diferentes vertentes e complexidades.

A leitura que os mais destacados teóricos da Segunda Internacional fazem da sua obra, sob os condicionamentos que aponte, naturalmente retoma muito do pensamento marxiano, mas convertendo-o em chave de interpretação para todos os fenômenos (inclusive da natureza) e, simultaneamente, extraíndo dele uma filosofia que, na prática

sociopolítica, estabeleceria uma ideologia revolucionária da classe operária. Resulta daí este marxismo: um referencial global para o entendimento científico (segundo os moldes da ciência da natureza) do mundo e uma pauta de comportamento sociopolítico. (NETTO, 2006, p.39.).

Ao relacionar gênero com marxismo, parte-se de uma análise crítica da sociedade como um todo, mais especificamente a relação entre a ideologia burguesa de dominação presente em sociedades capitalistas e a contradição entre capital e trabalho, relação esta que intensifica a desigualdade de classe, étnico-racial, de gênero e outras. Dessa forma, no decorrer do estudo a respeito de gênero como categoria do marxismo, poderá ser evidenciado que não há, ou não deveria haver, luta por igualdade de gênero sem uma luta anticapitalista, antirracista, com foco primordial na luta de classe.

Verifica-se, então, que o sistema capitalista de produção é o responsável pela dominação burguesa e sua ideologia, fazendo com que a massa proletária, inconscientemente, reproduza valores e pensamentos burgueses, legitimando o poder de uma classe em relação a outra. Tal dominação ideológica afeta o conjunto societário, impossibilitando a consciência de classe e, conseqüentemente, dificultando a organização popular em prol da luta pela ruptura da ordem hegemônica.

Em seu artigo *Gênero, Marxismo e Serviço Social*, Souza (2014) enfatiza a discussão que permite pensar gênero para além de uma concepção marxista economicista, uma vez que a desigualdade entre gênero não possui apenas raízes ligadas à economia capitalista, mas também à cultura, resultante do sistema que segrega e superexplora a força de trabalho de classes subalternas, que sobrevive e se reproduz via expropriação do trabalho. Posto isso, entende-se que não há como afirmar que correntes marxistas não abordam gênero, considerando que tal categoria está interligada à luta revolucionária, como a luta de classe, fazendo assim uma análise crítica à corrente economicista do marxismo.

Diante dessa afirmação, também não procede a acusação de que o marxismo não trata, ou não trata devidamente, a questão das relações de gênero, posto que estamos diante

de uma tradição extremamente heterogênea, que certamente justifica a afirmação de que não existe o marxismo, mas sim vários marxismos, que compõem a tradição como um todo. A crítica pode proceder, se considerarmos a existência de correntes marxistas que, diante da obra de Marx, comportam-se de maneira dogmática, reducionista e economicista, tomando as análises de Marx como verdades absolutas e a-históricas. (SOUZA, 2014, p. 16).

Em uma sociedade capitalista, mulheres e homens são separados por diversos fatores, como os estigmas provenientes da relação e dos papéis direcionados a cada gênero. Para além das relações de gênero, as questões étnico-raciais marginalizam qualquer sujeito parte do conjunto *não-branco*⁵, *não-europeu* e *não-estadunidense*, efetivando discriminações pautadas na falsa supremacia branca e na ideologia burguesa de dominação.

Em consequência disso, o entendimento das relações de gênero a partir de uma construção histórica e social, e não natural, ou seja, interligada a outros fatores que são construídos ideologicamente e culturalmente, são imprescindíveis para acreditar em uma possível transformação social pautada na igualdade entre gêneros. Essa transformação social viria então acompanhada de múltiplas mudanças, como igualdade étnico-racial e entre classes.

Nesta lógica de construção de uma sociedade pautada na igualdade racial, de gênero e de classe, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, originou-se justamente das necessidades de preservação da dominação burguesa/religiosa e pautada no papel de gênero, ou seja, proveniente do entendimento de que as mulheres são responsáveis por atividades de cunho reprodutivo, conforme já mencionado. Esta exposição acerca do Serviço Social será aprofundada nos itens a seguir.

⁵ Entende-se como não-branco qualquer existência que fuja da dominação europeia e estadunidense, incluindo sujeitos do continente africano, América Latina e Central, e continentes do oriente. A dominação europeia e estadunidense se interliga diretamente ao capitalismo imperial dos países que os compõem.

Gênero e Classe Social

A categoria gênero perpassa diferentes conceitos no decorrer dos séculos. Primeiramente, era entendido através de uma lógica binária, levando em consideração o sexo biológico, definido no nascimento, com base nos órgãos genitais. Atualmente, gênero é expresso pela forma com que o indivíduo se identifica, sendo ele homem, mulher, não binário, gênero fluído e outros, consistindo então em uma construção identitária que, muitas vezes, dá-se aos moldes da sociedade, no caso de pessoas cisgêneras.

Ao considerar as questões que já foram discutidas, entende-se que a subordinação de um gênero a outro requer atenção, principalmente no que tange à dominação masculina e o entendimento do padrão *cisgênero*⁶ como único. Esses padrões contribuem para o estigma sobre identidades de gênero que vão além do feminino, masculino e/ou diferem do sexo biológico, ou seja, dos órgãos genitais.

Para compreender a categoria gênero como uma categoria que é construída historicamente, e intensificada com o sistema capitalista de produção, principalmente com a ideologia burguesa dominante, é necessário realizar um apanhado histórico-social. Desta forma, será abordado o padrão cisgênero, que é construído socialmente e se faz relevante na manutenção da sociedade capitalista, onde a família e a propriedade privada são bases para o desenvolvimento, acumulação de capital e produção de riquezas, além do padrão heteronormativo e do patriarcado, os quais promovem e intensificam a desigualdade entre gêneros e a marginalização de outras identidades de gênero e de orientação sexual.

Segundo Petry e Meyer (2011), a *heteronormatividade* é caracterizada pela padronização do ser, do viver e da sexualidade dos sujeitos sociais, que se forja no bojo da sociedade contemporânea e se caracteriza em perspectivas biologicistas e deterministas, onde há duas possibilidades de viver gênero e sexualidade, com feminino e masculino, ou seja, homem

⁶ Cisgênero é o sujeito que possui seu gênero em conformidade com o sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascer.

ou mulher, de acordo com a anatomia sexual humana.

Já o conceito de *patriarcado*⁷ é desenvolvido por inúmeras intelectuais e teóricas feministas, dentre elas: Pateman (1993), Walby (1990), Saffioti (2004), que defendem a discussão sobre o patriarcado, o que acaba mascarando uma dominação masculina nas sociedades modernas, legitimadas por tais concepções, uma vez que deixam de fora a conjuntura das mulheres na sociedade capitalista. Segundo Delphy (2009) e Pateman (1993), o debate pelo movimento feminista percorre o feminismo até os dias atuais.

A terminologia do patriarcado, por sua vez, é utilizada como sinônimo de dominação masculina e opressão das mulheres, ou substituído pela heteronormatividade e relações de gênero. Deste modo, os conceitos e teorias sobre o patriarcado possibilitam sua compreensão enquanto uma totalidade social que, ao longo da história, modificou-se, e permanece atuante nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A desigualdade de gênero surge a partir do momento em que grupos sociais se encontram e reconhecem diferenças entre eles, predominando a lei do mais forte. Como por exemplo, o choque cultural de grupos africanos no qual a organização social se dava de forma matriarcal, ou seja, onde a mulher governava, com brancos europeus, passando a ter seus corpos e existências objetificadas e coisificadas, perdendo assim suas liberdades.

A instauração de uma sociedade patriarcal foi (e continua sendo) muito útil para a manutenção desse modo de produção e tem como grave consequência a coisificação da mulher, reafirmando a ideia de que as mulheres são, de diversos modos, submetidas às vontades do patriarcado, feitas para satisfazer seus prazeres e “cuidar” de seus filhos, di-

⁷ Dicionário Crítico do Feminismo, "o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo a uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio. Esse sentido ainda é encontrado, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão 'o patriarca de Constantinopla' " (DELPHY apud HIRATA, 2009, p.173).

ficulando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural etc. e contribuindo para o aumento dos diversos tipos de violência cometidos contra elas. (SOUZA; SIRELLI, 2018, p. 328.)

Para tratar do conceito de classe social, será levado em consideração o entendimento de que só existem duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, tendo em vista que ambas compreendem as subdivisões determinadas pela renda familiar e pela divisão técnica, social, sexual e racial do trabalho. A relação entre as duas classes e as condições materiais de cada classe, na sociedade capitalista, aprofundam a diferenciação entre mulheres e homens, intensifica-se de forma negativa e violenta, propagando assim a desigualdade entre gêneros.

Posto isto, a classe social está ligada à maneira com que o indivíduo se apresenta à sociedade perante suas condições financeiras, sendo as desigualdades de classes provenientes da posição social e das relações sociais. Essa teorização está sustentada na premissa da tradição marxista em relação à classe social e à dominação, onde a classe social do sujeito é definida por quem possui os meios de produção e quem vende sua força de trabalho para esses possuidores, em outras palavras, burgueses e proletariado.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 1998, p.40)

Segundo Veloso (2003), as pessoas que não possuem capital financeiro têm poder inferior em relação às que o detêm, sendo essas relações de poder construídas historicamente, e reverberadas na contemporaneidade.

Pode-se inferir, a partir da afirmação do autor, a disparidade entre classes, mais especificamente entre as subdivisões de classes junto à precarização dos postos de trabalho, sendo que a redução de direitos trabalhistas promove e intensifica a falta de acesso ao consumo de serviços e de itens básicos à reprodução da vida humana, como a alimentação, além do acesso precarizado e, muitas vezes, inexistentes, à propriedade. Nessa lógica, sem acesso à moradia.

Ademais, o fosso social entre as subdivisões de classes e as precariedades de acesso a itens de reprodução da vida humana se intensificam, quando observadas questões étnico- raciais na sociedade capitalista brasileira, tão bem denunciadas nas palavras de Carolina Maria de Jesus⁸,

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. (...) E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome! (JESUS, 2014, p. 26).

Por conseguinte, conclui-se que fatores inerentes ao gênero e atrelados à classe social intensificam situações de desigualdade socioeconômica. Tais disparidades são fortalecidas quando observadas questões étnico-raciais e territoriais. Quando se trata de trabalhadoras e trabalhadores negros e negras, em relação aos brancos e brancas, as condições de acesso a postos de trabalho dignos e com preservação de direitos trabalhistas são instantaneamente percebidas, uma vez que o racismo estrutural, institucional, muitas vezes velado, interfere na igualdade e equidade de ingresso em postos de trabalhos formais.

Desse modo, para que seja possível realizar um estudo detalhado das

⁸ Carolina Maria de Jesus foi migrante de Sacramento, Minas Gerais, mãe solteira e moradora da primeira grande favela de São Paulo, a Canindé, que foi desocupada em meados dos anos 1960 para a construção da Marginal do Tietê (JESUS, 2014, p.6).

conexões entre gênero, classe social, questões étnico-raciais etc., é viável a utilização de um estudo pautado na interseccionalidade, a qual mostra a interação desses e demais conceitos.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009, p. 70).

Diante disto, o estudo da interseccionalidade em conjunto com gênero, raça e classe enfatiza que, quando se trata de desigualdades sociais, há determinantes além de gênero, raça e classe que precisam ser discutidos como causadores de opressões.

Carneiro (2011), apoiando-se na fala de Miriam Leitão, em que ela faz uma crítica incisiva à sociedade capitalista e às formas de segregação, ao afirmar que “[...] o Brasil pode continuar dizendo que aqui não há preconceito racial, mas apenas diferenças sociais. Está sempre foi a grande desculpa da elite. [...] A velha desculpa não explica por que há tantos negros entre os pobres e tão poucos entre os ricos” (2011, p.58).

Entretanto, a sociedade segue (pré) julgando os indivíduos, devido à intolerância e ao preconceito oriundo de uma formação social de cunho racista, homofóbico, sexista, misógino, dentre outras manifestações de ódio e ignorância, pautando as avaliações pela cor da pele, orientação sexual, ou ainda por sua vertente religiosa. Intensificando, assim, as diferenças como uma forma de atenuar diferenças e segregar ainda mais os sujeitos, corroborando para o aumento das expressões de injustiça social.

Considerações Finais

No término deste estudo de análise bibliográfica, que teve como re-

ferência o artigo *Gênero, Marxismo e Serviço Social* (SOUZA, 2014), publicado na revista *Temporalis*, foi possível alcançar os objetivos inicialmente propostos, os quais consistiam em estudar e compreender a categoria gênero, a partir do marxismo, enquanto uma construção histórico-social.

No decorrer, fica evidente que gênero é sim uma construção histórica e social, e que as desigualdades inerentes à categoria são ligadas à classe social, questões étnico-raciais, sexuais e territoriais, tendo como fator comum o sistema vigente de produção, o capitalismo. Percebe-se também que, o Serviço Social, por se tratar de uma profissão cuja prática profissional é pautada na busca pela justiça social, inserida na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho, e que se constituiu na gênese do cuidado e da caridade, tendo como protagonistas do exercício profissional as mulheres, torna este debate imprescindível para a profissão.

Para além do exposto, ao adentrar o estudo da categoria gênero e relacioná-la à tradição marxista, compreende-se que o marxismo, por se tratar de um bloco cultural diversificado (NETTO, 2006), requer uma análise crítica e minuciosa da sociedade capitalista moderna, enquanto um sistema de produção, onde parte da população é marginalizada devido a condições inerentes à contradição estrutural da relação entre capital e trabalho. Tal sistema de produção é responsável por disseminar a ideologia burguesa de dominação e por superexplorar a força de trabalho da classe proletária, expropriada da sua força de trabalho, no contexto do sistema produtivo. O abismo imposto a estes agentes é ainda maior quando se trata de gênero. Tal abismo intensifica-se ainda mais quando observadas questões étnico-raciais, de orientação sexual, de classe social, territorial e de identidade de gênero, além de padrões heteronormativo e cisgênero, e de patriarcado.

Por fim, observa-se a emergência de estudos que envolvam gênero e o marxismo. Em especial, pesquisas no campo do Serviço Social, tendo em vista a vinculação histórica e profunda que a profissão apresenta na apreensão com a tradição marxista, bem como com o próprio debate transversal em que a categoria gênero permeia os processos e as relações sócio-históricas com o Serviço Social brasileiro.

Referências

AUDRE, L, *et al.* **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Organização. HOLLANDA, H.B. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

BILGE, S. (2009) "Théorisationsféministes de l'intersectionnalité". **Diogène**, 1 (225): 70-88.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, **Os papéis de gênero tradicionais e a divisão sexual do trabalho**, 2014. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/programas-aco-es/de-um-lado-os-papeis-de-genero-tradicionais-e-a-divisao-sexual-do-trabalho>. Acesso em 23 julho 2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

DELPHY, C. (2009), "**Patriarcado (teorias do)**". In: HIRATA, Helena [*et al*] (orgs.).

Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora UNESP.

HIRATA, H., F. **Manifesto do Partido Comunista.** 1º ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

NETTO, J. P. O que Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **SCIELO.** São Paulo, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

JESUS, C.M. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada.** 10 ed. - São Paulo: Ática, 2014.

MARX, K; ENGELS. **É marxismo.** 9. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. PATEMAN, C. **O contrato sexual.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

PETRY, A. R; MEYER. D.E.E. Transexualidade e heteronormati-

vidade: algumas questões para a pesquisa. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna, 1987.

SOUZA, M, O e SIRELLI, M, P. **Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher**. São Paulo, 2018.

SOUZA, V, B. Gênero, marxismo e serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014.

VELOSO, R. Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero. **Revista Universidade e Sociedade**. São Paulo: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2003.

WALBY, Silvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford, Brasil Blackwell
WEBER, Max. (2009), **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília, UnB.

Capítulo 3 - O Serviço Social Brasileiro e as “Lutas Identitárias”:

Classe, Raça/Etnia e Gênero/Sexo

NOSVITZ, Maria Brendler

[...] quando as reivindicações identitárias perdem sua base em movimentos de massa, o ideal masculinista burguês se apressa em preencher o vazio. [...] Reivindicar inclusão na estrutura da sociedade como ela é significa se privar da possibilidade de mudança estrutural. (Asad Haider, 2019, p. 47 e 48).

Introdução

A temática deste capítulo surge nas entranhas das contradições entre os estudos de gênero e suas interseccionalidades e o Serviço Social. As proximidades e os distanciamentos entre esses temas foram o fio condutor para que eu considerasse necessário abordar esse debate neste livro. A preocupação científica, ética e política da profissão com as diversas interseções sociais, com destaque para raça/etnia e gênero/sexo é recente, pelo menos no que diz respeito às disciplinas obrigatórias dos cursos de Bacharelado em Serviço Social. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem emitido diversas orientações técnicas a respeito desses temas, através de uma série de publicações denominada CFESS Manifesta, entretanto, elaboradas e disponibilizadas somente a partir do ano de 2004.

Os estudos de gênero/sexo e raça/etnia ainda são provocadores para à profissão, principalmente às/aos assistentes sociais que não possuem uma proximidade com a academia. Para aquelas/es que podem e se dedicam a compreendê-los de maneira ética e coerente, faz-se necessário o devido aprofundamento, primeiramente, aos fundamentos teóricos e

metodológicos da profissão, especificamente no que concerne ao materialismo histórico-dialético. Digo isso, pois, os “marcadores sociais” e “identitários” da diversidade social são comumente apreendidos pelo campo pós-moderno e apropriados pela lógica neoliberal. Destarte, neste capítulo objetivo provocar, ainda que superficialmente, a necessidade de um aprofundamento teórico e político em torno das possíveis intervenções profissionais, especificamente no que concerne ao gênero, ao sexo, à raça e a etnia, aliadas ao histórico posicionamento do Serviço Social em defesa da classe trabalhadora. Dessa forma, esse capítulo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e possui como abordagem do método científico o materialismo histórico-dialético.

Posicionamento Ético-Político da Profissão

O Serviço Social brasileiro, atualmente, é uma profissão legitimada através da Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662 de 1993 e guiada pelo atual Código de Ética, instituído pela Resolução do CFESS nº 273/93, que possui um claro posicionamento em defesa da classe trabalhadora. Em janeiro de 2011, o Código passou por revisões formais, inseridas pela Resolução CFESS 594/2011, das quais destaco a adoção da linguagem de gênero inclusiva, baseada em um posicionamento político que objetiva romper com o machismo da linguagem, “principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres” (CFESS, 2012, p. 14).

Além disso, tem como, dentre seus princípios, a “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 24), assim como a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 25). Entretanto, a profissão nem sempre teve esse direcionamento. A sua história, até a definição do atual Código, foi perpassada por inúmeros interesses de instituições hegemônicas, como a Igreja Católica e o Estado Brasileiro.

As décadas de 60 e 70 no Brasil foram marcadas por organizações da

categoria profissional, conhecidas como Movimento de Reconceituação, que tinham como pressuposto romper com as práticas tradicionais da profissão até o momento. De acordo com a assistente social e pesquisadora Carmelita Yazbek

É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (YAZBEK, 2009, p. 8).

É através desse marco histórico que se inicia a defesa por um perfil profissional “renovado”, com uma atuação crítica. Nas entranhas desses debates, o principal divisor de águas foi a aproximação com a perspectiva marxista materialista histórico-dialética. Não objetivo aqui detalhar todo o processo histórico que decorreu por seguinte, mas considero importante demarcar brevemente de que forma se chega ao atual Código de Ética Profissional.

O posicionamento em defesa da classe trabalhadora, como visto, é fruto de uma interpretação social difundida pelas análises históricas, econômicas e sociais de Karl Marx¹, que levaram a categoria de assistentes sociais a refletir acerca do direcionamento de sua atuação profissional. O reconhecimento das condições de subalternidade impostas pelo sistema capitalista exigiu (e exige) do Serviço Social uma intervenção que compreenda a dialética das relações sociais desiguais entre duas classes sociais: a capitalista e a proletária. É através desse debate que se define a “*questão social*”² como principal objeto de trabalho da profissão.

¹ Não poderia deixar de citar as críticas a essa “aproximação” ao marxismo, que são descritas como uma “vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo **sem o recurso ao pensamento de Marx**” (YAZBEK, 2009, p. 10, grifo meu).

² De acordo com Marilda Yamamoto, “a gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização” (2013, p. 330).

De acordo com José Paulo Netto “É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto Ético-Político” (NETTO, 2006, p. 1). Inicia-se, portanto, uma vertente que busca romper definitivamente com as práticas tradicionais do Serviço Social, a qual mantém seu predomínio³ até a atualidade. A partir de então, o Serviço Social brasileiro se propõe a construir um projeto profissional coerente com as novas configurações profissionais.

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (NETTO, 2006, p. 5).

De modo geral, um projeto profissional é construído por um sujeito coletivo e heterogêneo e, dessa forma, se configura como um espaço de pluralidade de ideias, perpassadas por tensionamentos e objetivos de luta. Essa articulação exige recursos político organizativos, tais como, para a profissão, o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), assim como sindicatos e demais associações de assistentes sociais (NETTO, 2006).

O projeto profissional do Serviço Social no Brasil possui duas grandes dimensões, a ética, orientada pelo Código de Ética vigente (mas não limitada à ele), e a política e, desse modo, é denominado como Projeto Ético-Político (PEP). A dimensão política é inevitável e pode referir-se tanto às relações da profissão com os projetos societários, quanto às perspectivas particulares do exercício profissional em si (NETTO, 2006).

³ Ressalto a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social, sem desconsiderar que os direcionamentos profissionais não se limitam a ele.

Portanto, o Serviço Social é uma profissão que não reivindica uma intervenção com base na neutralidade, pois, majoritariamente, reconhece a influência inevitável das experiências objetivas e subjetivas que incidem na categoria profissional. Desse modo compreende que a classe trabalhadora é objeto de defesa da profissão, assim como característica inerente à ela. Enquanto assistentes sociais, somos parte da divisão sociotécnica do trabalho.

Os princípios do atual Código de Ética são frutos do processo de elaboração e reflexão em torno do PEP da profissão, o qual não se configura como um documento ou uma norma, mas sim como uma orientação profissional, passível de transformação, em consonância com a dinâmica dos movimentos históricos. Para Netto (2006, p. 15-16), o PEP tem como eixos fundamentais:

Tabela 1: Fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro

1. Núcleo	A liberdade como valor central – compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
2. Projeto societário	Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia/raça e gênero.
3. Dimensão política	A favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras.
4. Formação profissional	Ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social.
5. Relação com os/as usuários/as	Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários.

Para tanto, neste capítulo me interessa refletir, principalmente, acerca do fundamento sobre o projeto societário, em que cita especificamente a superação, além da exploração e dominação de classe, a de **etnia/raça** e de **gênero/sexo**⁴. Desse modo, no próximo item, irei refletir sobre

⁴ A escolha por manter a palavra gênero e adicionar a palavra sexo se justifica pela minha concordância com a perspectiva feminista materialista francófona e por compreender que referem-se à coisas distintas. Para um maior detalhamento, ver Nosvitz (2021).

as aproximações do Serviço Social com as perspectivas teóricas que estudam as dinâmicas racistas e patriarcais, no bojo da sociedade capitalista e neoliberal.

O Projeto Profissional e as “Lutas Identitárias”

Ainda que o Serviço Social seja uma profissão historicamente protagonizada por mulheres e para mulheres (enquanto profissionais e enquanto principais usuárias de direitos sociais), é principalmente no último século que se encontram pesquisas⁵ preocupadas em refletir acerca da “feminização” (CISNE, 2007) da profissão. As relações de sexo e gênero são perpassadas⁶, ainda, pela classe, pela raça/etnia e pela sexualidade, o que intensifica a exploração e subordinação das mulheres negras e proletárias mas, especialmente, das mulheres negras proletárias lésbicas, bissexuais e/ou trans.

A reflexão em torno das estruturas de exploração e subordinação, tais como capitalismo, racismo e patriarcado, é perpassada por diferentes posicionamentos teóricos e empíricos. Nesse sentido existe um amplo e tenso debate na forma de interpretar os marcadores sociais. Sumariamente, estão divididos entre compreensões subjetivas e culturais e objetivas e materiais. De mesmo modo, também se dividem na compreensão de redistribuição (economia política) e de reconhecimento (identidade e cultura). Pesquisadores/as marxistas ortodoxos/as, defendem a primazia da exploração de classe sobre as demais estruturas de exploração, tais como o patriarcado e o racismo. Por anos - e me arrisco a dizer que, ainda atualmente - demonstraram um grande receio em considerar, de

⁵ Dentre elas, destaco a dissertação de mestrado da assistente social e pesquisadora Mirla Cisne, intitulada “Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?”, disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102_1.pdf. Acesso em 04/01/2023.

⁶ Ainda que o foco deste capítulo esteja nas opressões de classe, raça/etnia e sexo/gênero, não poderia deixar de mencionar a diversidade dos marcadores sociais que definem estruturas hierárquicas, tais como deficiências físicas ou intelectuais, diversidade etária, de orientação sexual e “identificação” de gênero, entre outros.

mesmo modo, a influência das hierarquias de raça/etnia e gênero/sexo, assim como a de classe.

Sendo o Serviço Social uma profissão que tem como compromisso ético-político a superação da sociedade capitalista, assim como a superação das explorações de raça/etnia e de gênero/sexo, considero imprescindível propor a reflexão sobre perspectivas teóricas que problematizam as contradições e tensionamentos que perpassam esse posicionamento.

Destarte, demarco que estão situados em torno do debate sobre neoliberalismo e pós- modernidade, como explica a pesquisadora Maria Lygia Moraes (2001, p. 95)

Como já observaram diversos marxistas, são muitas as causas que subjazem à deserção, por parte da intelectualidade, do exercício da crítica e de uma transformação radical da sociedade. Parte desse abandono se deve à adesão maciça aos postulados do pós-modernismo, concomitantes ao avanço do ideário neoliberal, do qual seja talvez a manifestação teórica. Ao mesmo tempo, uma parcela da intelectualidade que permaneceu ligada ao marxismo associa, equivocadamente, os novos movimentos sociais aos postulados pós-modernos, igualando-os assim a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, abdicaram da revolução.

Existe, portanto, aquelas/es que compreendem os movimentos sociais, tais como os movimentos negros e os movimentos feministas (ou ainda, o movimento feminista negro) como movimentos identitários e pós-modernos, pois julgam que esses movimentos se preocupam principalmente com uma questão de reconhecimento individual e defendem, com pressupostos subjetivos, a fluidez dessa identificação. Essa perspectiva teórica é crítica a primazia da identidade na interpretação da exploração, pois, majoritariamente, defende que a exploração de classe é soberana às de raça/etnia e gênero/sexo. Acredita, também, que o enfoque dado às “lutas identitárias” (FRASER, 2022), é estratégia neoliberal para desestabilizar os estudos e mobilizações em torno da superação da economia capitalista. Em contraponto, o historiador norte-americano Asad Haider (2019, p. 47) explica que ao codificar “as demandas que vêm

de grupos marginalizados ou subordinados como política identitária, a identidade branca masculina é consagrada com o status de neutra, geral e universal. Sabemos que isso não é verdade”. Como reforça Maria Lygia Moraes (2001, p. 96)

Por isso, não dá para aceitar que intelectuais marxistas coloquem no mesmo saco pós- modernismos e movimentos sociais, agrupando-os sob as mesmas matrizes teóricas da desconstrução e da fragmentação. Ao considerar ambos movimentos “identitários”, tal argumento enfatiza os limites dos movimentos sociais como reivindicações particularistas e, em oposição, restringe a compreensão do verdadeiro alcance do pós-modernismo.

Entretanto, a desconfiança dos/as marxistas não é infundada. De acordo com Nancy Fraser (2022), desde a derrocada do Muro de Berlim e dos avanços do neoliberalismo, na década de 90, que ela denomina como “condição pós-socialista”, as demandas dos movimentos sociais passaram por diferentes objetivos emancipatórios. Para a autora, existe um descentramento real da classe, tomado pela ascensão de reivindicações por reconhecimento de diferenças de grupo, o qual ela ressalta que, inclusive, se sobressai às por igualdade social.

Fraser apresenta essa análise, originalmente, em 1997, a qual foi traduzida para o português apenas em 2022.

Com essa mudança [declínio socialista], os movimentos sociais que mais se destacam não são mais definidos de um ponto de vista econômico, como “classes” que lutam para defender seus “interesses”, acabar com a “exploração” e conquistar a “redistribuição”. Em vez disso, os movimentos são definidos de um ponto de vista cultural, como “grupos” ou “comunidades de valores” que lutam para defender suas “identidades”, acabar com a “dominação cultural” e conquistar o “reconhecimento”. O resultado é a dissociação de política cultural e política social, bem como um relativo eclipse desta por aquela (FRASER, 2022, p. 17).

A questão que incide ao Serviço Social, portanto, é: como dar a devida atenção às explorações de raça/etnia e gênero/sexo sem sobrepor às de classe (e vice-versa)? Ou, como questiona Fraser (2022), como superar essa “falsa antítese” entre redistribuição e reconhecimento? Ainda que pareça óbvio, para quem atua como assistente social, que classe, raça/etnia e gênero/sexo não sejam categorias separadas, pois retroalimentam a exploração e a subordinação, para a efetivação do PEP da profissão, a preocupação com a influência dos ideários neoliberalistas, tais como o enfoque em demandas individuais ao invés de coletivas, deve ser constante. Para isso, pode-se contar com as contribuições do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e de consubstancialidade (KERGOAT, 2010). Para a pesquisadora norte-americana Kimberle Crenshaw,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sobre esse conceito, Mirla Cisne (2014) contribui ao problematizá-lo, sugerindo então uma análise através da consubstancialidade, pois compreende que classe, raça/etnia e gênero/sexo não são apenas categorias que se adicionam ou se interseccionam, como defende Crenshaw, mas sim frutos de relações “consustanciais” e “coextensivas” (KERGOAT, 2008, 2010, 2012, apud CISNE, 2014). As diversas proposições de Cisne, ao longo de sua carreira como assistente social e pesquisadora, são cruciais na produção de alternativas teóricas e materiais ao Serviço Social, para que “não se perca de vista” a dimensão estrutural do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Como Cisne e Camila Soares (2022, p. 338) afirmam “A questão social no Brasil, portanto, não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações

sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista”.

Existe um exemplo simples e claro de como não é possível dissociar as análises sobre as estruturas de poder: uma mulher negra, ocupa um cargo de importância política e recebe um salário bem acima da média. Entretanto, ao sair do trabalho, enfrenta dificuldades ao pegar um táxi, por ser negra, ou, quando consegue, tem medo de ser assediada, por ser mulher. Principalmente quando consideramos os dados brasileiros, de que “as mulheres negras ganham 57% menos do que um homem branco, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e 42% a menos do que as mulheres brancas” (RUY, 2022, sem página)⁷. Portanto, para a efetivação do PEP, e, conseqüentemente, de uma intervenção profissional efetiva, precisamos de uma formação teórica que esteja dedicada a compreender as correlações entre as hierarquias sociais e, conseqüentemente, econômicas, sem sobrepor a luta pela redistribuição, pelo reconhecimento.

Considerações Finais

O Serviço Social, assim como qualquer outra profissão no Brasil, está inserido na lógica capitalista, acentuada pelo ideário neoliberal e, nos últimos anos, pelo neoconservadorismo⁸, fruto, principalmente, das articulações do governo Bolsonaro (2019-2022). “O conservadorismo dos partidos reflete o conservadorismo dos aparelhos ideológicos de Estado, vale dizer, escola, família, religião.” (MORAES, 2001, p. 111). Como problematizam Cisne e Soares (2022, p. 344)

O que vivenciamos não foi apenas uma renovação da tradição ultraconservadora no campo da moral, mas um nítido projeto societário de cariz nazista, que tem como base a alienação, o uso político de igrejas e da religião, com destaque para a neopentecostal, além da “máquina” de fake

⁷ Disponível em: <https://vermelho.org.br/2022/07/25/mulheres-negras-ganham-57-menos-do-que-os-homens-brancos/>. Acesso em: 05/01/2023.

⁸ Ver NOSVITZ; PEREIRA (2022).

news. Todo esse projeto que tem como escudo uma pauta moralista, na verdade, representa uma política elitista de extrema-direita ultraneoliberal de destruição do Estado, do meio ambiente e dos direitos sociais e trabalhistas.

Além das estratégias neoliberais e neoconservadoras presentes na economia política brasileira, existe a influência pós-moderna, perpassada por uma suposta “crise de identidade”. A fragmentação de organizações coletivas, tais como movimentos sociais, que buscam pela responsabilização do Estado frente às desigualdades sociais, promovida pelo neoliberalismo, aliada com a fluidez subjetiva da pós-modernidade, parecem se alimentar retroativamente. “Os quadros de referência que davam ao indivíduo uma certa sensação de pertinência em um universo centrado, de alguma forma, entram em crise, e passam a se constituir em algo descentrado e fragmentado.” (PEREIRA, 2004, p. 88). O ideário neoliberal fortalece as preocupações particulares, pois coloca a sociedade civil exclusivamente como responsável por seus fracassos ou sucessos, logicamente, individuais (HARVEY, 2004). De acordo com o pesquisador Ricardo da Silva (2010) os princípios neoliberais tornam-se base para o aprofundamento dos ideais pós-modernos, inclusive, no interior das universidades brasileiras, fruto das consequentes transformações sociais no campo político e econômico do capitalismo. Como resultado, temos então uma “crise da razão, que compreende a realidade de forma fragmentada e esvaziada de sua dimensão classista” (FRIGOTTO, 1999 apud SILVA, 2010, p. 416).

Essa conjuntura se acentua na contemporaneidade e, conseqüentemente, exige do Serviço Social quase que um processo de resistência na interpretação analítica das articulações capitalistas, racistas e patriarcais, que produzem e sustentam a questão social.

A compreensão crítica e a atualização constante do entendimento sobre a questão social são imprescindíveis para atuação profissional comprometida com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Afinal, como intervir na realidade sem conhecê-la para além da sua aparência? Assim, o

primeiro passo para pensarmos nossa atuação profissional qualificada, como práxis, é apreender criticamente a realidade (CISNE; SOARES, 2022, p. 336).

Revisitar o Projeto Ético-Político da profissão e manter uma leitura crítica da questão social, objeto de intervenção das/os assistentes sociais, é essencial para evitar cair na “armadilha da identidade” (HAIDER, 2019). Com isso jamais quero afirmar que as lutas dos movimentos negros e feministas devem ser consideradas estritamente como identitárias ou de menor importância que a luta de classes. Pelo contrário, como nos relembram Cisne e Soares (2022), para a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça/etnia e gênero/sexo é necessário, justamente, reconhecer as suas imbricações dialéticas, que são indissociáveis, pois resultam em uma totalidade que estrutura a desigualdade social no Brasil, país colonizado, escravista e patriarcal.

Portanto, é necessário cada vez mais aprofundarmos teoricamente nas dinâmicas das opressões de raça/etnia e gênero/sexo, assim como o Serviço Social se dedica à compreensão da luta de classes, desde o século passado. Para irmos além das análises teóricas culturais e subjetivas que perpassam os movimentos sociais e os alocam apenas na arena do reconhecimento, precisamos compreendê-los enquanto resultado de opressões estruturais, que não serão superadas se o objetivo emancipatório não incluir o fim da exploração capitalista.

Referências

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10^a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CISNE, Mirla. **A "feminização" da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI. Maranhão: UFMA, p. 1-9, 2007.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista- materialista. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, Mirla; SOARES, Camila Mesquita. Questão social no Brasil contemporâneo. **Revista Libertas**, v. 22 n. 2, p. 334-358, jul. / dez. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 10, p. 171-188, 2002.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais. **Revista SER Social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, p. 93-103, março/2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Margem Esquerda** - ensaios marxistas, n.º 2, p. 95-111, mar. 2001.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista"**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete da *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

NOSVITZ, Maria. **Quem Diz #EleNão? Perfil e Perspectivas de Quem Participou do Movimento**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos de Gênero) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

NOSVITZ, Maria; PEREIRA, Larissa. Os feminismos diante da ofensiva neoliberal e neoconservadora no Brasil: horizontes de perspectivas para as mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 82–102, 2022.

PEREIRA, Helder Rodrigues. A crise da identidade na cultura pós-moderna. **Revista Mental**, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 87-98, jun. 2004.

RUY, Marcos Aurélio. **Mulheres negras ganham 57% menos que homens brancos**. *Jornal Vermelho*, 25/07/2022.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Capítulo 4 - Questão Social e Questão Étnico-Racial: Reflexões Sobre a Formação Sócio-Histórica Brasileira

ALORALDO, Vanelise de Paula

BORGES, Nathália

MACHADO, Brenda Amaral

PEREIRA, Larissa Ramalho

Introdução

A história da formação social, política e econômica brasileira é permeada de contradições, tanto na sua constituição, quanto nas versões que retratam os fatos históricos. É possível encontrar diferentes registros dessa trajetória, ora contada pela classe dominante eurocêntrica, ora pelos explorados pela mesma. Aqui se dará voz as narrativas dos povos explorados e marginalizados, sendo um dos desafios deste artigo problematizar as contradições presentes na história dos povos negros e indígenas, a fim de revisitar como se deu a formação sócio-histórica brasileira e seus efeitos deletérios a essa camada da população. Isso tudo, também para justificar a tese aqui defendida de que é inviável debater acerca do objeto da profissão dos/das assistentes sociais, a Questão Social, sem apreender como se deu a opressão e formas de exploração sobre o povo negro e indígena, da hegemonia da branquitude, ancorado em um capitalismo dependente, racial, que vem produzindo discriminações, preconceitos, racismos e múltiplas formas de opressão assim como as lutas e resistências que compõem o contrapeso desse processo, sendo capazes de colocar em cheque o modo de produção capitalista.

O processo de problematização do objeto de estudo se sustenta no método dialético- crítico, tanto por opção teórica das autoras, como

pela particularidade da investigação que pressupõe a intrínseca contradição entre as narrativas históricas que envolve a formação social brasileira e seus reflexos para os povos negros e indígenas; além da tentativa de aproximação com os múltiplos aspectos da realidade que transcendem as análises fragmentárias, e com necessárias mediações históricas acerca da relação entre Questão Étnico-racial e a Questão Social, com vistas a contribuir na superação de avaliações superficiais e identificar aproximações possíveis entre os eixos analíticos chave. Trata-se de um estudo qualitativo, em que o levantamento dos dados se baseia em fontes bibliográficas de procedência nacional e internacional.

Sendo assim, o trabalho está disposto em três seções, seguidas da introdução, a primeira seção tratará acerca da relação entre Questão Social e Questão Étnico-racial, partindo de conceituações acerca dos dois eixos analíticos, buscando oferecer elementos históricos e críticos que construam um percurso sobre como se estabelecem as relações raciais, embasadas em ideais racializados e as desigualdades no Brasil, indicando a ligação direta com o trabalho e produção e reprodução das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia. Na sequência a segunda seção discorrerá sobre o Serviço Social buscando contribuir, através da produção teórica, com as construções práticas de resistências e formas de combate ao racismo nos diferentes espaços sócio ocupacionais, problematizando a histórica criminalização de grupos populacionais excluídos¹ bem como ações profissionais que reafirmam uma perspectiva histórico-crítica em prol dos direitos humanos. Por fim, as considerações finais, trazem alguns apontamentos centrais abordadas no trabalho, indicando alguns dos desafios presentes para superação dos antagonismos da sociedade atual em relação a Questão Social e Questão Étnico- Racial.

¹ Refere-se à exclusão no sentido de uma segregação estruturalmente planejada, onde tais populações são incluídas no modo de produção capitalista de forma a ocupar os espaços mais precários definidos pela branquitude. Por um lado, exclusão, na mesma medida em que estão incluídos de modo a serem engrenagens do modo de produção capitalista, classe sem a qual este não poderia existir e da qual a tomada de poder é temida pela classe dominante.

A Interface Histórica entre Questão Social e Questão Étnico Racial

O Serviço Social tem na questão social e nas suas múltiplas formas de manifestação, seu objeto de trabalho. É por meio dessa que busca apreender os diferentes determinantes sociais, políticos, culturais e históricos que envolvem o curso da sociedade, em especial da brasileira, a fim de que transposições sejam evitadas, a exemplo da comum transposição do que seria a Questão Social na Europa e para a América Latina. O conceito em si é um só, ele significa a contradição entre capital e trabalho, ou seja, entre aqueles que produzem e criam as riquezas sociais e aqueles que se apropriam destas detendo os meios de produção.

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. [...] Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais. (IAMAMOTO, 2012, p. 156).

Por isso, a questão social pode ser entendida como uma só, muito embora, suas expressões sejam diversas, em cada continente e/ou nação pode se manifestar de formas distintas, isso dependerá da formação sócio-histórica de cada território, das particularidades que envolveram a gênese desses espaços, dos determinantes políticos, culturais, sociais, econômicos que estiveram presentes na formação dos povos e como esses se desenvolveram no curso da história. O grau de concretude com que suas manifestações serão apreendidas, dependerá da leitura e apreensão da realidade social, e na prática, a materialidade de suas expressões, faz com que se distancie de um conjunto de significados e palavras vazias sob as quais, sendo vagas e imateriais, não podem ser alvos de interven-

ções e transformações concretas.

Assim, essas particularidades são ricas e contém em si a compreensão que gera a importância do conceito de questão social. Sem elas, se torna um conceito vazio, e um conceito vazio não pode servir à classe trabalhadora no cerne da luta de classes. Neste horizonte, Jacob Gorender expressa bem essa importância afirmando que "*a particularidade não é um exemplo do geral, (...) é sim a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral*" (GORENDER, 2016, p. 77).

Em menor grau de abstração compreende-se que antecede o capitalismo industrial a chamada "acumulação primitiva", da qual:

Essa violência do sistema colonial não foi um mero acaso na história; fazia parte da lógica interna do capitalismo comercial, como alavanca para a acumulação de capitais necessários à consolidação do capitalismo industrial. As formações sociais escravistas, portanto, foram verdadeiras "alavancas" para a "concentração de capital". As colônias produziam em grande escala para alimentar o mercado internacional em formação. Todo o "tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital". (SILVA, 2012, p. 24).

Assim, a lógica econômica que parte da história da propriedade privada (ENGELS, 2012) produz processos materiais de exploração e opressão que opõem o homem branco, detentor do poder, aos demais segmentos da população - como é o caso da necessidade de invasão de novos territórios para a acumulação de capital, como expressa a citação acima e como explica mais detalhadamente Marx em O Capital² (1996)-, não sem contra-ataques marcados por lutas, revoltas e movimentos revolucionários.

Mas a sustentação de toda base material precisa de uma ideologia que represente os interesses dos detentores do poder que advém da proprie-

² Ver O Capital, livro 1, seção VII, capítulo 24 "A Assim Chamada Acumulação Primitiva".

dade privada, onde são traçadas então as teorias racistas de inferiorização e desumanização da população não-branca. Segundo o mesmo autor, “*A divisão racial resultante da escravização de negros, enredada em complexos alienantes objetivos e subjetivos, gerou justificações ideológicas surgidas com as condições existentes(...)*”³ Surgem dessa necessidade de justificações as teorias racistas que fazem parte do declínio da ciência da razão⁴ e são utilizadas para sustentar a exploração e opressão. Assim como, em movimento contrário, surgem as teorias pautadas na razão científica e que buscam se contrapor àquelas, buscando atingir a apreensão do real.

Surge então, a base da questão étnico-racial das contradições práticas e ideológicas da luta de classes, a qual precede a origem da questão social compreendida no capitalismo, mas se funde a ela no decorrer da história. Além disso, é necessário que se compreenda como se dá a abrangência do conceito de questão étnico-racial na atualidade, tendo em vista as diversas mudanças ocorridas em terminologias acerca do debate. De acordo com Munanga (2004) há uma diferenciação entre raça e etnia, em que uma não pode e nem deve substituir a outra, pois são eixos diferentes. Ainda de acordo com o autor, raça, anteriormente era definida de acordo com as teorias biologizantes, desenvolvidas na época do colonialismo com vistas a justificar a hierarquização de raças com base em fenótipos. Hoje, raça já não é vista como uma “raça biológica”, pois nesta classificação cabe apenas a raça humana. Raça, é tida enquanto uma construção social, com base nas relações socialmente construídas a partir da perspectiva racializada. Já etnia, é conceituada enquanto a expressão de um povo, podendo ser uma manifestação cultural a partir da língua, religião, modos de vida, cosmovisão, cultura, etc. (MUNANGA, 2004).

Desse modo, ambos os conceitos são apreendidos enquanto eixos

³ Além da escravização de negros como citado pelo autor, a escravização de povos indígenas também foi parte desse processo, como é o exemplo da invasão europeia ocorrida no Brasil.

⁴ Para compreender o debate entre ciência da razão e irracionalismo, ver “RACISMO E ALIENAÇÃO: Uma aproximação à base ontológica da temática racial de Uelber Silva”, e “O IRRACIONALISMO COMO IDEOLOGIA DO CAPITAL: Análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista” de Rodrigo Belli.

distintos, porém, ao se tratar das contradições intrínsecas à sociedade, ambos se unem na chamada questão étnico-racial a partir da perspectiva do “outro”. Isto é evidenciado ao entender-se a existência do padrão normativo na sociedade brasileira, do homem branco enquanto centro normativo de todas as relações. Desse modo, todos aqueles que se autodeclararam enquanto não-brancos, não pertencem à narrativa que se centraliza no homem branco, e tornam-se alheios; não pertencentes aos padrões desta sociedade. Logo, entende-se a contradição entre o homem branco e o “outro” como a questão étnico-racial.

Observa-se que muitos autores e autoras tratam de apreender as particularidades da formação social, histórica e econômica brasileira, o que leva ao desvelamento das raízes da Questão Social no Brasil e sua relação simbiótica com a questão étnico-racial. Contraditoriamente, não são hegemônicas as pesquisas que investem em estudos a partir da questão étnico-racial, muito embora vive-se em um país do qual foi forjado enquanto nação a partir da invasão, captura e genocídio de vastas populações negras e indígenas.

Nos quase quatrocentos anos da escravidão no Brasil, calcula-se que recebemos uma população africana de seis a dez milhões de pessoas. Quanto aos índios, calcula-se que à época do descobrimento havia mais de mil povos indígenas, totalizando uma população de dois a seis milhões de indígenas. Hoje em dia, são apenas 227 povos, e sua população está em torno de 300 mil. (SANTOS, 2009, p. 42-43).

Não se deve negar que a nação brasileira se desenvolveu alicerçada no trabalho do povo negro e indígena, e que apesar de todo sangue e suor deixado nessa terra foram responsabilizados pela elite cafeeira da época pelo atraso econômico, pois os consideravam incapazes de se acostumar ao trabalho livre e assalariado. Tendo em foco o ponto de vista da classe dominante, na época as problemáticas justificaram mudanças pois “modernização”, aos olhos da elite, era dado por dois aspectos. Primeiro, os europeus eram considerados mais aptos para o trabalho livre. Segundo, acreditava-se que os imigrantes europeus estavam habituados à

agricultura de pequena propriedade (...)” (SANTOS, 2009, p. 43). Tal falácia se deu com o intuito de excluir os povos não-brancos do trabalho livre e assalariado, para que assim também se justificasse a indução de facilitação da entrada de povos brancos europeus para trabalhar no país. Desse modo, com base nesta dita necessidade dos europeus para o trabalho, em verdade desnecessária, deu-se início à chamada tese do branqueamento no país, onde a classe branca escravocrata passou a se utilizar de todos os meios possíveis, inclusive de normativas e legislações para miscigenar o país.

Posto isso, pode-se citar como um dos exemplos da chamada tese do branqueamento o ocorrido entre 1885 e 1890, período em que a mão de obra imigrante era muito maior do que o necessário, haja visto que o país já contava com trabalhadores negros e indígenas suficientes. Porém, posteriormente, visando legitimar esta imigração, o poder público atuou como um agente facilitador da imigração criando inclusive o Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de Setembro de 1945, o qual previa que todos os estrangeiros teriam acesso livre ao Brasil desde que fossem aptos a preservar características convenientes da sua ascendência europeia no país (BRASIL, 1945). Observa-se, portanto, a raiz histórica profunda e brutal de violação contra as populações negras e indígenas, tidas e retratadas pela história como ameaças aos interesses da nação.

Tal tese fundada pelas classes dominantes brasileiras teve por base necessidades materiais e concretas também dos representantes do capitalismo em ascensão na Europa, onde a necessidade de mais mercados externos engendrava o capitalismo dependente. Onde, no caso do Brasil, foi um movimento inevitável de um modo de produção que, segundo Clóvis Moura (2019), não permitiu condições materiais para desemboçar em um capitalismo que não fosse o dependente devido a irrealizável acumulação de capitais para economia interna. Segundo Marini (2011), esse capitalismo dependente tem por base a superexploração da força de trabalho e, de acordo com Moura (2019) um exército industrial de reserva muito mais condensado, a franja marginal, onde encontra-se majoritariamente as populações negras e indígenas nas piores condições de

vida enquanto classe trabalhadora.

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (...) As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o lumpenproletariat, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. (MOURA, 1983, p. 133)

A franja marginal, assim, é expressão particular de um EIR, cuja existência só é possível devido ao racismo estrutural e que, da mesma forma, possibilita a existência e manutenção deste tipo de exploração da força de trabalho, a superexploração, cuja particularidade está na maior

intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho, gerando maior desgaste da força de trabalho sem que o trabalhador tenha as condições mínimas necessárias para repor tal desgaste, com objetivo de compensar a perda de mais-valia produzida pela troca desigual⁵.

O problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "*o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital*", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (...) a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado

⁵ Para maior compreensão, recorrer a "O segredo da troca desigual" em "Dialética da Dependência" de Ruy Mauro Marini (2011, pg. 138-147).

normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2011, p. 147-149)

Dessa forma, a existência e reprodução do capital é impensável sem a produção e manutenção das relações de poder que residem nas diferentes formas de opressão e discriminação, o que fica evidente no desvelar das formas particulares de reprodução do capitalismo em cada território e nação. No caso da América Latina e, mais especificamente do Brasil, conforme retratado no presente texto, é no racismo estrutural que se tem o alicerce do modo de produção capitalista dependente, e na apreensão da questão étnico-racial, as propostas para sua superação.

As hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial. Nilma Lino Gomes afirma que “A empreitada colonial educativa e civilizatória esteve impregnada da ideia de raça”. Nesse sentido, a autora destaca a importância do movimento negro em relação à desconstrução e à ressignificação das relações étnico-raciais no Brasil, politizando a raça, “dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante”. Trata-se de respostas coletivas negras ao supremacismo branco que caracteriza um Brasil tão excludente e desigual. (BENTO, 2022, p. 37-38).

Assim, no Brasil a luta contra as múltiplas formas de desigualdades no eixo étnico-racial vem se ampliando, tomando lugar na cena política e pautando a agenda pública ao longo dos últimos anos. Dando visibilidade a expressões ora invisibilizadas como a etnicidade e a identidade negra, sem perder de vista a importância e relação acerca do conceito que carrega “raça” como categoria historicamente implicada com a descendência da população brasileira e do “racismo” como instrumento de desigualdade nos diversos segmentos da sociedade. O conceito de “etnia” ao tratar-se da população negra se configura com o enfoque político cultural, construindo na relação histórica de uma ascendência africana

diversa, marcada pela trajetória de luta e exploração no âmbito do escravismo e racismo. Tal marca dá-se a partir do entendimento da crueldade do período colonial e do escravismo sobre os povos africanos de etnias diversas que foram sequestrados e trazidos ao país. Visando a dominação plena destes povos, não eram permitidas suas manifestações culturais, incluindo a utilização de seu idioma nativo. Ademais, houve a tentativa de que o mesmo apagamento ocorresse com os povos indígenas, contudo muitos povos resistiram. De acordo com o autor Kabengele Munanga (1990), a etnicidade é capaz de definir, para além de modos de vida, visões e cosmovisões de mundo. De acordo com o referido autor:

[...] uma etnia é um conjunto de indivíduos possuindo em comum uma língua, uma cultura, uma história, um território e não necessariamente uma unidade política. Seus membros desenvolvem preconceitos culturais quando manifestam tendências de valorizar sua visão do mundo e de menosprezar a das outras etnias [...]. (MUNANGA, 1990, p. 52).

Logo, o apagamento da etnicidade dos diferentes povos presentes no país, tratou-se de uma estratégia de dominação e exploração visando uma adequação à visão de mundo eurocêntrica. Por isso, hoje a preservação da cultura da população negra através das religiões de matriz africana, onde preserva-se a língua de alguns dos muitos povos sequestrados no período colonial, bem como as manifestações culturais presentes nesta, são formas de resistência histórica às imposições da classe branca e escravocrata. Além disso, a preservação da língua e cultura indígena, também é um grande exemplo de resistência no país. A luta por preservação destas culturas, é uma luta para além de resistir, mas de valorização e dignificação humana, negada por muitos anos aos povos que construíram este país.

Não obstante, pode-se afirmar que cada vez mais se tem um país miscigenado de expressivo contingente populacional negro, entretanto, não se alcançou a democracia racial, visto que a “mestiçagem” não produziu igualdade de oportunidades entre os povos. Isso posto, é também

verdade afirmar que democracia, neste sentido, é um mito, uma construção ideológica que atende aos interesses das elites dominantes, em detrimento da maioria negra, sendo esse discurso um dos entraves para a superação das desigualdades históricas experimentadas por negros e indígenas. Assim, é preciso, para compreender o conjunto de situações que envolvem a questão étnico-racial, considerar diversos lugares historicamente constituídos para os diferentes sujeitos políticos, bem como as possibilidades para sua reprodução social na vida concreta.

No Brasil, o mito da democracia racial tem uma nítida função política, subalternizar a população negra, na medida em que inferioriza e fragmenta a identidade étnico-racial e impede os protestos por direitos e mobilidade social ascendente, para além disso, manter a lógica de exploração do trabalho, alicerçada na lógica de raça, de gênero e classe.

É imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial. Rompendo essas alianças, a identificação de parcela da classe trabalhadora com líderes supremacistas violentos será dificultada. (BENTO, 2022, p. 41).

No Brasil, os movimentos que lutam pela desmistificação da democracia racial e da ideologia do embranquecimento, trouxeram avanços políticos relevantes, no sentido de que as identidades ficam mais explícitas onde a problematização sobre a referida se articula na luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra. No que tange às políticas específicas se consideram historicamente, os abusos, as explorações e tudo aquilo que envolve as relações sociais ao longo da história e a desigualdade geradas dessas relações. Para compreender tais desigualdades, dá-se a necessidade do entendimento de que as relações sociais no Brasil foram fundamentadas em seu período colonial, logo, têm-se enquanto um de seus pilares, o racismo. Assim, são exploradas as formas de racismo onde são citados tipos de racismo. Primeiramente, é possível se utilizar da teoria de Silvio de Almeida (2018), o qual

pauta a teoria do racismo estrutural. Este é definido enquanto a presença intrínseca do racismo em todas as estruturas da sociedade, o que revela como o racismo vai muito além de xingamentos e posicionamentos explícitos, ele é inerente a sociedade pois esta foi construída sobre os pilares de preconceito, discriminação e racismo. Logo, o racismo anti-negro e o racismo anti-indígena fazem parte de construções históricas deste país, pensadas para excluir e marginalizar ao máximo estes povos e seus modos de vida, na tentativa de gerar um “não-pertencimento”, um “não lugar”, não lhes atribuindo dignidade humana, e nem lhes dando condições mínimas para tal. Posto isso, compreende-se este posicionamento, ferindo a existência destes povos de modo estratégico para que a classe dominante branca permaneça no topo das estruturas sociais.

Em suma, no Brasil é urgente que haja mudanças profundas para que estes povos tenham a possibilidade de existir sem as constantes preocupações em resistir às amarras das discriminações, preconceitos e exclusões geradas pelas estruturas desta sociedade. Entende-se que “transformações estruturais tem de romper, em seu planejamento estratégico, com os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as desigualdades raciais e conseqüentemente postergando o seu enfrentamento”, pois é fato que a “maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem de expressar essas dimensões” (CARNEIRO, 2011, p. 161).

Cida Bento, em seu livro “*O pacto da branquitude*” chama a atenção que é preciso reconhecer e discutir, cada vez mais, sobre as relações de dominação presentes nas sociedades, a fim de que os indivíduos possam construir novos pactos civilizatórios, onde incluam grupos étnico-raciais e socioculturais distintos. Perceber que as “relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados” (BENTO, 2022, p. 15). O ponto de partida, seria reconhecer a existência de um pacto da branquitude, sustentado pelo privilégio branco e mesmo que de forma silenciosa e invisível, garante a perpetuação da dominação da burguesia branca.

Privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco. Por sua vez, o conceito de prerrogativa branca diz respeito a uma posição ativa, na qual brancos buscam, exercitam e aproveitam a dominação racial e os privilégios da branquitude. (BENTO, 2022, p. 63-64).

Esse pacto histórico forjou as condutas políticas, econômicas e sociais na sociedade brasileira que implicou as múltiplas formas de desigualdades, preconceitos e exclusões perpetuadas e atenuadas pela história. Por essas razões é que não se pode deslocar o debate da questão social à formação sócio-histórica brasileira, especialmente aquela que apreende e dá destaque à perspectiva étnico-racial, haja vista seus devastadores para população negra e indígena, constatados nos dias de hoje. Sendo assim,

(...) o pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas a escravidão. (BENTO, 2022, p. 25).

Esses são alguns dos aspectos atinentes à relação entre questão social e questão étnico-racial que precisa tomar destaque no debate da categoria profissional, devido ao compromisso ético-político profissional, bem como, pela importância histórica do estudo sobre as questões em foco, mas fundamentalmente pela demanda crescente que se apresentada na realidade social contemporânea de todos e todas assistentes sociais. A seguir, serão abordadas as várias formas de regressão de direitos no cotidiano profissional e as possibilidades de enfrentamento e combate ao racismo estruturalmente e historicamente presente nas relações sociais.

O Projeto Ético-Político como Proposta de uma Nova Prática Para a Categoria Profissional: A Necessária Construção de Resistências e Combate ao Racismo

O racismo em suas diferentes expressões constitui mecanismo potente para o desenvolvimento do capitalismo e uma das faces mais perversas de violação de direitos humanos na medida em que impõe a alguns grupos étnico-raciais específicos uma condição de subalternidade econômica, social e política, e frequentemente se materializa, por meio da violência institucional.

De acordo com publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 82), “o perfil das vítimas de intervenções policiais no país não tem demonstrado mudanças significativas ao longo dos anos, com prevalência de homens, adolescentes e jovens, pretos e pardos entre as vítimas. No último ano, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino”, desse modo, enquanto a taxa de mortalidade entre pessoas brancas retraiu no ano de 2021, a taxa de vítimas negras continuou crescendo.

Estes dados demonstram não apenas a desproporcionalidade racial no elevado número de mortes em decorrência de ações policiais, mas principalmente o trato histórico e cultural no que tange a raça-cor dos suspeitos que determinam quem é percebido como um perigo ou não. “A hierarquia de valor racista atribui significados positivos às pessoas brancas, seus símbolos e produtos culturais (branquitude) e negativos às pessoas negras, seus símbolos e produtos culturais (negritude), bem como às pessoas, símbolos e produtos culturais indígenas” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 131).

Além disso, dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelam que embora no total da população brasileira, as pessoas de raça/cor preta constituem a maior parte da força de trabalho⁶ no país, são as que mais sofrem com a questão do desemprego⁷, com a informalidade no mercado de trabalho, as precarizações e/ou falta de acesso a algum tipo de proteção social, que restringe o acesso a direitos básicos e essenciais, como a remuneração pelo salário mínimo⁸ e a aposentadoria.

Notas 6 à 8, na página seguinte.

No que se refere à questão de gênero os dados do IPEA (2015) revelam que as mulheres negras têm a menor renda entre os trabalhadores, sendo que os homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e depois as mulheres negras. Além disso, o emprego doméstico ainda era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015, cuja renda tinha o valor médio de R\$ 739,00. Ser mulher negra no Brasil é também estar mais suscetível à violência doméstica e ter menos acessos às políticas educacionais. Entre 1995 e 2015, a população adulta negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%. Entretanto, o patamar alcançado em 2015 pelos negros era o mesmo que os brancos já tinham no ano de 1995. A população branca, quando considerado o mesmo tempo de estudo, variou de 12,5% para 25,9%, praticamente corresponde ao dobro nesses 20 anos.

Refletir sobre tais indicadores requer uma análise crítica sobre como a história oficial contada nos espaços hegemônicos de poder (nas escolas, na mídia, nas instituições religiosas, nas famílias, por exemplo) foram sendo reproduzidas enaltecendo colonizadores, o “heroísmo” de uma elite econômica e ignorando narrativas de populações até hoje inferiorizadas, ocultadas em suas conquistas, negligenciadas em seus direitos.

Sendo o Brasil um dos últimos países da América Latina a abolir formalmente o sistema escravocrata, torna-se fundamental a discussão sobre sua constituição histórica e as relações sociais que permitem essas desigualdades econômicas, sociais, étnico-raciais, de gênero, discriminações e preconceitos até a atualidade. A história do Brasil e das popu-

⁶ “Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões” (IBGE, 2019, p. 2).

⁷ “Em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas” (IBGE, 2019, p. 2).

⁸ A desigualdade salarial entre brancos e negros é latente e contínua. “Em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608)” (IBGE 2019, p. 3).

lações negras e indígenas não se reduz à escravização e ao extermínio gerado pelos estrangeiros europeus, entretanto, a escravização das raças/etnias presente na formação sócio histórica ocasionou em discrepâncias que refletem até hoje em uma série de condições degradantes e formas desumanas no convívio social. Desta forma, o sistema escravagista e o sistema capitalista, possuem profunda relação simbiótica ao atenderem desde sempre os interesses econômicos, ideológicos e políticos da classe dominante.

Diante do exposto, as ideologias racistas devem ser questionadas, uma vez que as relações sociais numa sociedade marcada pelo modo de produção capitalista são pautadas pela lógica da exploração, da exclusão e da alienação do trabalho e da vida dos/as trabalhadores/as, especialmente, da população pobre e negra. Portanto, a reflexão sobre Questão Social não pode ser dissociada da questão de classe, raça/etnia e gênero, uma vez em que há uma relação intrínseca para o desvelamento da totalidade social.

O Serviço Social enquanto profissão liberal presente no Brasil é movido pelos rumos de tal história, passando por mudanças conforme o movimento da luta de classes onde encontra-se a categoria profissional que o constitui. Dessa forma, passando por momentos de predominância do conservadorismo, posteriormente chegando a momentos de questionamentos como o movimento de renovação e então o movimento de ruptura com a ditadura empresarial-militar de 1964, passa a receber influências de um movimento rumo ao marxismo realizado pela categoria profissional de então, a qual era influenciada pelos movimentos sociais de luta pelo fim da ditadura (YASBEK, 2009). A parte da categoria profissional que se volta a uma linha marxista de compreensão e atuação sobre a realidade passa a atuar de maneira hegemônica sobre a profissão, construindo o Projeto Ético-Político de Serviço Social.

Projeto ético político profissional para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interven-tivas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticoorganizacionais, processos

de debate, investigações e, sobretudo interlocução crítica com o movimento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão (cf. NETTO, 1999). A direção social que orienta este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8662 de 07/06/93). (YASBEK, 2009, p. 22).

Esse projeto, assim como não é algo dado, mas um resultado agregado de lutas da categoria profissional que se destacam nos anos 60/70 que se consolidou como um “norte” profissional, é também passível dos movimentos desta categoria, tanto no sentido de avançar como regredir. Enquanto um projeto que, de acordo com a citação anterior, integra valores e escolhas ideológicas e políticas, é uma proposta, e pode ou não ser materializada através da prática de pessoas em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para a atuação profissional dos/das assistentes sociais e a materialização do projeto ético-político no cotidiano de trabalho, torna-se imprescindível o empenho quanto à qualidade dos serviços prestados à população, uma vez que a categoria profissional deve assumir o compromisso de reconhecimento da liberdade como valor ético central; de defesa intransigente dos direitos humanos; de ampliação e consolidação da cidadania e aprofundamento da democracia; de empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Nessa direção, deve-se compreender criticamente o racismo no Brasil como um processo secular, que está presente na sociedade desde o início da formação sócio-histórica do país, deve-se analisar o fenômeno social não como dado isolado ou de uma particularidade territorial, mas como estratégia de manutenção e expansão da divisão social de classe, que determina o lugar e a condição de sociabilidade de um conjunto expressivo da população brasileira.

O Serviço Social possui o compromisso ético-político com a classe

trabalhadora, o que requer espaços de organização e articulação coletiva da categoria buscando seu fortalecimento e estratégias para os enfrentamentos necessários num contexto tão adverso, em que a execução das políticas públicas se encontram extremamente comprometidas pela escassez de recursos humanos e materiais.

Os/as profissionais do Serviço Social devem possuir a capacidade de analisar (a partir da Teoria Social Crítica) e intervir na realidade buscando mediações e mesmo diante da ofensiva neoconservadora precisam ter nitidez de sua identidade profissional e do dever de qualidade dos serviços prestados à classe trabalhadora. Ademais, é fundamental que se reconheça qual a realidade em que atuam e quem faz parte desta referida classe, para que assim haja uma atuação com um viés crítico e real, em defesa dos direitos humanos e em combate às diferentes formas de preconceito, opressão e discriminação, incluindo o racismo.

Assim, compreende-se que este ideal de exercício profissional é parte da constante busca por ruptura com o conservadorismo, ainda muito presente na profissão. Porém, para que se efetive uma prática aliada a luta antirracista, torna-se fundamental uma renovação desde a formação acadêmica, tendo em vista que esta é essencial para a construção dos elementos que darão norte aos profissionais. De acordo com as Bandeiras de Luta⁹, defendidas pelo Serviço Social, a categoria deve participar ativamente da luta antirracista, firmando seu posicionamento antagônico para com a neutralidade e o conservadorismo, e tendo consciência de como a questão étnico-racial se faz presente no cotidiano profissional.

Assim, adentrar a luta antirracista é um processo que exige uma formação com um olhar crítico e racializado, que evidencia a centralidade da questão étnico-racial para a questão social no Brasil. Porém, sabe-se que o debate acerca da questão étnico-racial, assim como a temática de gênero, foram incluídas recentemente na profissão, tendo como principais bases para sua inclusão, o Código de Ética Profissional de 1993,

⁹ As Bandeiras de Luta do Serviço Social foram aprovadas durante o 44º Encontro CFESS-CRESS e estão presentes na agenda permanente da profissão, defendendo o posicionamento político necessário para as/os profissionais.

e a aprovação da Proposta Nacional de Currículo Mínimo (ROCHA, 2014). Assim, a construção do Projeto Ético-Político da profissão representa o movimento de crítica ao caldo conservador e ao recrudescimento da ofensiva punitiva e racista que vem historicamente criminalizando a população negra, pobre e periférica no país, estigmatizada e frequentemente marginalizada.

A falta da devida visibilidade para autores/as negros/as e indígenas nas referências teóricas de cursos universitários e nos debates da categoria profissional do Serviço Social (epistemicídio¹⁰) ou mesmo do protagonismo dos referidos nos movimentos organizados e na narrativa de suas próprias histórias, nas expressões artísticas, etc. constituem obstáculos que precisam ser superados em forma de ações que mudem efetivamente essa realidade. O mundo do trabalho é racista, por isso torna-se um dos espaços em que a luta antirracista (RIBEIRO, 2019) precisa fazer parte do compromisso profissional, uma vez que estereótipos são muitas vezes reforçados pelo pensamento hegemônico, gerando diversas formas de exclusão reproduzidas nas relações sociais.

Considerações Finais

A população negra e indígena no percurso sócio histórico brasileiro, têm experimentado resistências e diante de poucos avanços em seus direitos, vivenciam, sobretudo, inúmeros retrocessos. Sabe-se que na dinâmica da sociabilidade capitalista, graves violações se perpetuam sob o discurso de serem “naturais”, quando na verdade, constituem parte da engrenagem e das estratégias de poder desse sistema.

Além disso, a dimensão fiscalizadora, moralizadora e disciplinadora acompanha o Serviço Social desde a sua origem, mas é preciso reafirmar e defender uma perspectiva histórico-crítica em prol dos direitos humanos que desvele a “forma” capitalista contemporânea de tratar as refrações da “questão social” numa perspectiva que as naturaliza como expressão e resultado normativo de qualquer ordem social.

Diante do atual contexto, é importante estimular os/as assistentes

¹⁰ O epistemicídio é o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos (RIBEIRO, 2019).

sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceitos e discriminações enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam as populações envolvidas. O racismo deve ser debatido em suas origens e fundamentos históricos, seja na categoria profissional e nos diferentes espaços sócio ocupacionais a fim de provocar a reflexão e construção conjunta de estratégias efetivas para o enfrentamento da reprodução das desigualdades e exclusões geradas pelos históricos estereótipos – desde a era colonial com reflexos nos dias atuais – com a responsabilidade e compromisso que o Serviço Social assume a partir do projeto ético-político. Portanto, a constante luta pela ruptura com o conservadorismo e a busca por um Serviço

Social antirracista, que compreenda as particularidades da formação sócio-histórica do país no cotidiano de atuação, coloca em pauta também a necessidade de valorização e maior visibilidade para o debate sobre a questão étnico-racial desde a formação acadêmica. Assim, conforme já aqui referido, ter esta dimensão como elemento fundamental da questão social brasileira é uma peça chave para a efetivação de um Serviço Social que de fato cumpra com as pré-disposições estabelecidas em seu projeto ético-político, e os princípios de seu código de ética profissional.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2021.

BELLI, Rodrigo Bischoff. **O irracionalismo como ideologia do capital: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista.** Orientadora: Angélica Lovatto. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Conselho Federal de Serviço Social. **Bandeiras de Luta do Serviço Social**, 2014-2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2023.

Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945. **Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 31 dezembro 1945. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967.htm Acesso em: 13 mar.2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Corte, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41, IBGE: 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 13 mar. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STÊDILE João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pg. 131-172.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MOURA, Clóvis. **Escravidismo, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, [S. l.], n. 14, p.133, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Racismo: da desigualdade à intolerância. São Paulo: Fundação Seade, **Revista São Paulo em Perspectiva**, n. 4, v. 2, abr/jun. 1990.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.ffch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitual-DasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, F. R. **A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista**. In: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L. (Orgs). *Movimentos sociais e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e Alienação**: Uma aproximação à base ontológica de temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <https://www.institutolukacs.com.br/single-post/2015/03/31/racismo-e-alienacao-uma-aproximacao-base-ontologica-da-tematica-racial>. Acesso em: 30 set. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-

-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. *In*: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

Capítulo 5 - Contribuições Marxianas para a Compreensão da Emancipação Humana em Comunidades Quilombolas: Algumas Reflexões Necessárias

COGOY, Eliana Mourgues
GROSSI, Patrícia Krieger

1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo desenvolver uma análise teórico-metodológica a partir da teoria social de Marx; em especial, faz-se referência à obra *Sobre a Questão Judaica* (MARX, 2010), principalmente a respeito da relação entre emancipação política e emancipação humana.

O tempo presente clama por uma nova sociabilidade, e a teoria e o método em Marx apontam caminhos possíveis. Seus estudos permanecem atuais aos desafios vivenciados pela crise do sistema capitalista e pela regressão das conquistas civilizatórias. Como parte desse contexto, estão as comunidades quilombolas, compostas por pessoas que possuem ancestralidades escravizadas.

Para atender ao proposto, o trabalho está dividido da seguinte maneira: inicialmente, são tecidas considerações sobre o legado da obra *Sobre a Questão Judaica*, de Karl Marx. A seguir, aborda-se sobre a luta pela emancipação humana no surgimento dos quilombos brasileiros. Na sequência, apresenta-se o Quilombo da Família Silva e sua luta pela emancipação humana, e, por fim, são expostas as considerações finais.

2. O Legado da Obra “Sobre a Questão Judaica” (1843)

Quando Karl Marx dedicou-se à escrita do livro *Sobre a Questão*

Judaica, ele se encontrava num momento de amadurecimento de suas reflexões, inclusive em relação ao idealismo filosófico alemão, ampliando sua análise de maneira mais radical sobre a sociedade burguesa. Ao criticar a sociedade burguesa, conseqüentemente, ele critica o capitalismo. A referida obra torna-se de fundamental relevância para a compreensão do processo de formação intelectual do jovem Marx, da crítica filosófica à crítica da economia política. Na compreensão de Karl Marx, era preciso superar o entendimento da questão judaica no seu sentido teológico e identificar as contradições que condicionam a alienação humana na sociedade moderna. Importa elucidar que esse texto de Marx consiste numa crítica à teorização sobre a tentativa de emancipação política por parte dos judeus na Prússia, realizada no estudo de Bruno Bauer.

Para Marx (2010, p. 36), o posicionamento de Bauer,

[...] impõe condições que não estão fundadas na essência da emancipação política mesma. Ele levanta perguntas que não estão contidas na tarefa que se propôs e resolve problemas que deixam o seu questionamento sem resposta. Bauer diz sobre os adversários da emancipação dos judeus que: “Seu único erro foi presumirem que o Estado cristão é o único verdadeiro e não o submeterem à mesma crítica com que contemplaram o judaísmo” (p. 3); diante disso, vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação humana em geral.

Neste sentido, Karl Marx evidencia sua crítica à Bruno Bauer quanto ao judaísmo – questão judaica – por ter se limitado ao aspecto meramente teológico; ou seja, para Marx, Bauer considera que o problema da emancipação política se resolve na crítica da religião. Para Marx (2010), a religião deveria permanecer na esfera privada, pois o Estado que pressupõe a religião não seria um Estado verdadeiro. O que se observa são

formas diferentes de analisar o “problema dos judeus”, uma vez que as perspectivas filosóficas e políticas são distintas entre os autores citados.

Karl Marx toma por base o Estado alemão (que consistia num Estado religioso e não laico) e os direitos humanos, os quais foram fundados na França e representavam a sociedade burguesa. No que se refere à análise dos direitos, Marx analisa essa questão a partir das Declarações francesas (1791 e 1793), bem como das Constituições francesas da época e das Constituições norte-americanas. A partir da sua percepção crítica dos direitos humanos, Marx compreende que tais direitos são históricos e propostos pela burguesia; dito de outra forma, são direitos representativos da classe burguesa. Os direitos humanos são representantes de uma classe específica, e não há universalidade, como antes ele acreditava, mediante a influência do cristianismo e da obra hegeliana. Ser parte da sociedade burguesa não constitui o homem num ser social exposto na coletividade; logo, esses direitos humanos são

[...] em parte direitos políticos, direitos que são exercidos somente em comunhão com outros. O seu conteúdo é constituído pela participação na comunidade, mais precisamente na comunidade política, no sistema estatal. Eles são classificados sob a categoria da liberdade política, sob a categoria dos direitos do cidadão, os quais como vimos, de modo algum pressupõem a superação positiva e irrefutável da religião e, portanto, inclusive por exemplo do judaísmo. (MARX, 2010, p. 47).

Desta forma, é negado o entendimento de que os direitos humanos são dados pela natureza, mas, sim, oriundos de um processo histórico de lutas. Conforme Marx (2010), os direitos humanos, em sua origem norte-americana e francesa, têm natureza burguesa, são conferidos ao homem egoísta, ao homem em si mesmo, separado de sua comunidade. Isso pressupõe que tais direitos são centrados na liberdade, num direito que não une os homens, mas que os separa, uma liberdade associada estritamente à propriedade privada e que exclui os demais. “O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu

bel prazer (*à son gré*), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio” (MARX, 2010, p. 49).

Sendo assim, somente o homem burguês/proprietário é considerado o homem “propriamente dito” (MARX, 2010). Evidentemente, no sistema capitalista, apesar de todos terem o direito, em abstrato, de adquirir a propriedade, de ter terra particular, nem todos concretamente conseguem adquiri-la, e isso se torna uma das formas de o Estado legitimar a existência das desigualdades sociais, mantendo o entendimento da igualdade perante a lei. Para a burguesia, isto se torna conveniente para mantê-la com seus privilégios, devido a essa “pseudoemancipação política”.

Ao tratar sobre emancipação humana, Marx (2010) a compreende como um caminho para a extinção da desigualdade no âmbito da sociedade, e permanece o legado de que essa mudança depende da revolução do proletariado.

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010, p. 54).

Ao aproximarmos essa perspectiva teórica de Karl Marx do atual contexto brasileiro, constata-se que são incontestes as fortes marcas da desigualdade social, já analisadas pelo autor, causadas pela dominação do modelo capitalista. No caso brasileiro, elas são reveladas pela pobreza e, também, pelas estratégias de sobrevivência, como, por exemplo, as relações de trabalho informais, as quais excluem as possibilidades de acesso a direitos da seguridade social, especialmente no que tange aos direitos previdenciários. Não há como negar que esse panorama se agrava com a implantação do sistema neoliberal, uma vez que, com ele, há uma di-

minuição do Estado e uma fragilidade quanto aos direitos trabalhistas, colocando tais direitos em risco, dentre outros agravantes.

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) salientam a convivência com o desemprego permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção. Há, também, o entendimento de que a razão neoliberal não se resume unicamente à esfera econômica, mas abrange todas as dimensões da vida humana, agravando as desigualdades sociais.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) identificam que

Essas desigualdades se manifestam tanto em análises por níveis de renda quanto por cor/raça. A população mais rica e branca tem, em média, mais acesso a oportunidades do que a população pobre e negra em todas as cidades estudadas, independentemente do meio de transporte considerado. (IPEA, 2020, p. 39).

A desigualdade deriva da acumulação e concentração de riqueza, possui cor/raça e se revela na segregação espacial nas cidades, nas partes mais longínquas de infraestrutura e desenvolvimento urbano. De acordo com Pereira (2013, p. 639), a divisão da sociedade em classes submete “[...] todas as atividades sociais ao reino da mercadoria e de sobrepôr as necessidades (de lucro) do capital às mais elementares necessidades humanas”. É sobre essa relação que trataremos no item a seguir, a partir do surgimento das comunidades quilombolas.

3. A Luta pela Emancipação Humana no Surgimento dos Quilombos Brasileiros

Constata-se que os estudos realizados por Karl Marx no século XIX, nos quais o autor analisou a produção material da Europa, identificando a marcante desigualdade e a exploração de uma classe detentora dos meios de produção (burguesia) sobre a classe explorada (proletariado), se mostram pertinentes mesmo que retirados do contexto temporal e

espacial, a exemplo da obra *Sobre a Questão Judaica*.

No caso brasileiro, nossa história é marcada pela escravidão, relações de poder, aprisionamento, privações e explorações que até hoje demarcam as consequências dessa realidade nas diversas expressões da questão social. Para Gonçalves (2018), o nó da questão social é a questão racial, e essa afirmação sustenta-se a partir de uma história que precisa ser contada para além da condição de *submissão* de um grupo social, o que significa dizer que também houve formas de *resistência* à escravização, manifestadas através de fugas, revoltas, assassinatos de senhores, abortos e, de maneira mais materializada, através da constituição de quilombos. Conforme Soares (2020, p. 58), “Esta resistência ocorreu em espaços diversos, inclusive nas senzalas, mas os quilombos foram, sem dúvida, um território importante para suas elaborações. Sem a oposição e resistência à escravidão não haveria o que chamamos de cultura afro-brasileira”.

Os quilombos eram lugares secretos, lá permaneciam as pessoas que fugiam das fazendas, minas ou casas de famílias onde eram escravizadas. Geralmente, os quilombos eram encobertos ou escondidos em meio ao mato. A palavra *kilombo* é parte do idioma dos povos bantu, originários de Angola, e carrega o significado de local de pouso ou acampamento.

Para Munanga (2001, p. 63), “[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos”. Ao estabelecer a relação entre quilombos brasileiros e africanos, o autor assegura a condição de oposição à estrutura escravocrata, fortalecendo a importância da formação de resistência às formas de opressão e de exploração.

Nessa perspectiva, mais que um refúgio para os negros, os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade. Assim, a ênfase na definição deve, então, ser posta sobre o binômio resistência e autonomia, e não sobre o ato da fuga. (SILVA; NASCIMENTO, 2012, p. 27)

Para as autoras, as formações dos quilombos revelam que, onde houve trabalho escravo, houve também rebeldia corporificada sob a forma de quilombos, sejam estes pequenos, grande, próximo às cidades ou bem distante delas, também com variedade de formas de organização e de origens. Quilombos são expressões de liberdade e de reconquista da dignidade (SILVA; NASCIMENTO, 2012). Entretanto, as autoras também explicam que, embora todos os quilombos brasileiros representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram constituídos pela reunião de escravos fugitivos. Outras situações que deram origem aos quilombos foram:

- A partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momentos de crise econômica do produto cultivado;

- Por herança. Há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravos de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;

- Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras;

- Terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica;

- Compra de terras por parte dos escravos alforriados;

- Ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fez com que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupadas, ou abandonadas;

- Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;

- E, é claro reunião de escravos fugidos. (SILVA; NASCIMENTO, 2012, p. 28).

Essa diversidade de situações conduz ao entendimento de que não há uma única tradição quilombola, pois os quilombos se originaram e se organizaram de diversas formas. No entanto, mesmo constituídos de diversas origens culturais, identificam-se os traços gerais da cultura africana, a exemplo do tradicional culto aos orixás, assim como do catolicismo e até mesmo da culinária de influência cultural indígena. Na perspectiva da emancipação humana a partir de Marx, foi escolhido o Quilombo da Família Silva para contribuir para este estudo.

4. O Quilombo da Família Silva na Luta Pela Emancipação Humana

Localizado na zona urbana de Porto Alegre/RS, o Quilombo Família Silva é composto por 22 famílias, somando em torno de 60 indivíduos residentes, com predominância feminina. As mulheres trabalham como empregadas domésticas, em sua maioria, nos condomínios próximos, enquanto os homens trabalham como seguranças e jardineiros. A resiliência dessas mulheres está na luta constante contra o preconceito e na busca de seus direitos de cidadania, o que é evidenciado na fala da líder: *“Aqui [são] as mulheres que se mexem mais do que os homens”* (Lélia, 66 anos).

O maior desafio foi a obtenção do título do quilombo, em 2006, fruto de uma luta de vários anos. A titulação é um dos primeiros passos para que essas populações possam acessar as políticas públicas destinadas a remanescentes de quilombos. Foram várias idas a Brasília e reuniões com técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que foram infrutíferas, segundo a líder. Inclusive, chegaram a ocupar espaços do INCRA como uma forma de pressionar a emissão do título de propriedade, conforme exposto na fala a seguir:

“A gente acampava no INCRA, levava fogão levava... tinha até a cunhada da minha irmã, fazia os [pães] pra levar e o INCRA todo dia dizendo para a gente que eles iam assinar o nosso título, que eles iam dar o nosso título, que eles iam dar

três mil reais pra fazer uma festa, dar os banheiros ecológicos né.” (Lélia, 66 anos).

Ademais, as vozes das mulheres quilombolas expressam como elas entendem a identidade quilombola, sua resistência e luta pelo território:

“Olha, pra mim é importante, é bom assim né, porque antigamente as pessoas tinham vergonha de dizer que eram negras, por causa do preconceito, do racismo. Antes eu até ficava assim, meio encabulada, se tu ias num lugar que tinha só branco, ficava meio assim, né. Mas agora eu não fico mais. Porque é uma coisa de tu auto se reconhecer também, né?” (Lélia, 66 anos).

Esse autorreconhecimento vai ao encontro do que Lima (2016) diz sobre ser negro e ser quilombola como identidades complementares – uma não é sinônimo da outra, mas não são desconexas entre si. Dessa forma, a identidade negra é fundamental nas narrativas que compõem a identidade quilombola, porém não esgota a significação do *ser* quilombola, sendo fundamental a ligação com elementos identitários distintos, como território, origens e práticas ancestrais nessa construção. Sendo assim, o *território* se constitui como muito mais do que a determinação de um terreno, um espaço geograficamente definido.

Se observa que o território pulsa o cotidiano da comunidade, que carrega sua ancestralidade na fala, ao narrar todo o processo histórico percorrido para manter a identidade e a cultura histórica daquele lugar. As comunidades quilombolas são constantemente ameaçadas pelo agromercado, pela especulação imobiliária e pelo próprio poder público, e, no Quilombo Silva, essa realidade não é diferente: “É porque aqui, aqui onde eu estou é o metro quadrado mais caro aqui de Porto Alegre, é o Bairro Três Figueiras [...] nós tivemos ordem de despejo aqui que durou quinze dias e quinze dias com chuva, no inverno. Foi horrível, aquilo.” (Lélia, 66 anos).

Percebe-se, na fala da líder, que a comunidade se localiza numa área nobre de Porto Alegre/RS, e foram várias as situações de invasão e despejo que suscitaram o abandono dos modos de vida da comunidade e

até dos seus meios de sobrevivência. Constatase na sociedade brasileira, marcada pelas desigualdades sociais e na qual a população preta, parda e indígena ocupa posições socialmente mais marginalizadas, uma violência estrutural, ou seja, há “[...] um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas ações violentas” (DA SILVA, 2004, p. 4). É justamente essa violência estrutural um fator limitante para o conhecimento dos direitos sociais e de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas. E não se pode deixar de fora dessa violência estrutural o racismo, que é estruturante das relações sociais. Para Martins e Silva (2020, p. 141), o racismo está tão impregnado na estrutura do capitalismo que sequer possibilita aos/às negros/as uma igualdade na classe trabalhadora; mas garante o analfabetismo que os/as impossibilita de sonhar com dimensões amplas da cidadania brasileira; garante a meritocracia que, convenientemente, confere tratamento igual aos desiguais; a dificuldade de ingressar e permanecer na universidade; a mortalidade precoce por condições de vida e de trabalho diferenciadas e pelo não acesso a serviços de saúde de qualidade; o racismo, portanto, impede possibilidades de acesso a direitos mínimos de cidadania.

Para Santos (2014, p. 314), “O que é importante na demarcação de terras quilombolas é a própria comunidade se reconhecer como originária de africanos escravizados e, a partir daí, buscar o seu reconhecimento formal como comunidade remanescente de quilombo”. Além de garantir a preservação da identidade étnico-cultural desses grupos, a demarcação de terras serve para a preservação e conservação do meio ambiente, tão ameaçado na contemporaneidade. Considerando a morosidade no atendimento para o reconhecimento e titulação da terra quilombola por parte do INCRA, os/as quilombolas aproveitaram uma vinda do então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao município de Sapucaia do Sul/RS. Segundo Lélia, ao carregarem uma faixa solicitando a titularidade, “*Ele olhou pra faixa e disse, ‘eu vou dar o título pros Silva, porque eu também sou um Silva’ e naquela mesma noite eles vieram aqui e assinaram o nosso título*”.

A liderança do quilombo também ressaltou que o caminho percorrido para receber a titulação foi criticado pelos servidores do INCRA, mas reconhece que o processo de resistência foi necessário para que o título fosse alcançado. Lélia também destaca o apoio existente entre os quilombos urbanos, que se auxiliam nos momentos necessários, como nos processos de invasão e despejo: “*Veio o Quilombo do Areal, veio o do Vilson, lá da 101, da Maquiné, veio dos Alpes*”. Essa narrativa reforça o quanto “[...] a luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida” (ALMEIDA, 2014, p. 152), o que pressupõe a importância da resistência diante das questões que estão diretamente associadas às interseccionalidades de gênero, raça, etnia, geração e classe social.

Na sociedade brasileira, a luta das comunidades quilombolas por seus territórios se fundamenta em marcos legais, como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT7) e os artigos 2158 e 2169 da Constituição Federal de 1988. É dever do Estado brasileiro garantir os territórios dos quilombos, assim como proteger seus modos de vida relacionados a bens materiais e imateriais associados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (BRASIL, 1988).

Não há como dissociar as comunidades quilombolas do processo de resistência pela luta do território, assim como, para Marx, é preciso mais do que ter o direito (instrumento de legitimação do poder) – o qual visa garantir e manter a ordem social –, é necessário modificar a ordem estabelecida, de forma a alcançar a igualdade real entre os indivíduos e o fim da alienação.

Dentro desse processo, é importante também trazer a questão da emancipação feminina, pois não existe emancipação humana numa sociedade sem a emancipação da mulher nessa sociedade. Portanto, não temos como falar em emancipação humana pensando em um ser humano genérico, sem classe, sem gênero, sem raça, entre outros marcadores sociais da diferença.

Para Angela Davis (2016), por exemplo, o significado da emancipação para as mulheres negras não pode deixar de lado as marcas dos

processos de escravização de seus corpos e o racismo, que ainda permanecem fortes no pós-abolição. Davis realça que, no trabalho, para ambos os gêneros, predomina a exclusão baseada em raça e gênero. Particularmente, as mulheres negras ficaram restritas aos serviços domésticos das casas dos brancos e aos serviços pesados nas lavouras.

O termo *interseccionalidade* (CRENSHAW, 2002) possibilita a compreensão acerca das desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes na sociedade. A singularidade política das mulheres quilombolas em espaços de resistência configura uma vocalização de suas demandas e dificuldades frente a uma sociedade socialmente e racialmente estratificada, essencialmente patriarcalista, racista e machista. Nesse contexto, a luta das mulheres quilombolas em suas comunidades tem papel relevante na busca por equidade no acesso a bens e serviços, tanto para que elas possam ocupar espaços quanto para participar de processos de tomada de decisões que dizem respeito às demandas de seu território. Quando falamos em emancipação humana, a luta das mulheres quilombolas é fundamental na direção a esse bem-viver coletivo e na redução das desigualdades em todos os âmbitos, econômico, social e cultural.

5. Considerações Finais

A obra *Sobre a Questão Judaica* muito contribui para o entendimento dos direitos humanos e da emancipação humana. Em seus aspectos teórico-metodológicos, constata-se, mesmo após quase 180 anos de sua publicação, o quão necessário é o estabelecimento da crítica aos direitos humanos e o reforço constante no potencial da emancipação humana.

As ideias de Marx revelam que é melhor se alcançar a emancipação política do que nada, mas também alertam que essa emancipação política, no contexto da sociedade capitalista, serve para legitimar os interesses da classe burguesa. Dito de outra maneira, é uma emancipação insuficiente por não contemplar as necessidades da classe proletária, que tem

gênero, raça e território. Isso está diretamente associado ao que tentamos mostrar neste capítulo no que se refere às comunidades quilombolas, especialmente tomando como exemplo o Quilombo da Família Silva, aqui exposto: a própria titularidade das terras não garante a emancipação humana. Marx salienta que a emancipação humana tem que consertar os problemas sociais, e tais problemas são também de ordem política, porque envolvem os interesses da burguesia. No caso do Quilombo da Família Silva, ficam nítidos os interesses antagônicos, o interesse da burguesia movido pela especulação imobiliária e desejo de expulsão de moradores quilombolas que impedem o “projeto de urbanização” para residentes de classe média alta.

As desigualdades sociais nascem da relação capital e trabalho e atingem principalmente as classes sociais mais fragilizadas economicamente pela não-distribuição da riqueza produzida socialmente, e, nesse panorama, a mão de obra escravizada contribuiu muito para a acumulação do capital, porém não recebeu os frutos dessa riqueza com a “pseudoabolição”, sendo esses trabalhadores colocados à margem da sociedade.

Os reflexos disso se encontram ainda hoje na desigualdade salarial entre negros e brancos e entre homens e mulheres, e as comunidades quilombolas vivenciam essas desigualdades, mas resistem, buscando reivindicar seus direitos e ressignificar a palavra *quilombola* para extrair dela as forças dos antepassados.

As considerações aqui apresentadas não esgotam o denso debate sobre o tema da emancipação humana a partir das contribuições da obra de Marx. Entretanto, servem para a compreensão crítica de que direitos como a propriedade ou território fazem e farão parte das correlações de forças de projetos societários distintos até que a transformação social baseada na emancipação humana, livre de qualquer alienação, seja uma realidade ao alcance de todos os indivíduos, sem discriminação de gênero, raça, classe social, condição física, sexualidade, geração, entre outros atributos.

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 131-154, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DA SILVA, José Fernando Siqueira. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres: raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.

LIMA, Hezrom. Negro & Quilombola: a identidade étnica em questão na comunidade remanescente de quilombos de Caiana dos Crioulos-PB. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 496-520, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2016v17n27p496>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (Orgs.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2020.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo em África**. In: MOURA, Clóvis.

Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.

PEREIRA. Potyara. Proteção social contemporânea: cui prodest? In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400004>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

SANTOS, Juliana Abrantes dos. **Quilombos: cultura e resistência**. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; DURIGUETTO, Maria Lucia (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. Cortez Editora, 2014. p. 312-330.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos CEDEM**, v. 3, n. 1, p. 23-37, 2012. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/cedem/article/view/2339>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOARES. Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em Pauta**, n. 46, v. 18, p. 52-67, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2020.52007>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

Capítulo 6 - Caça às Bruxas: A Luta das Mulheres Frente ao Avanço do Neoconservadorismo no Brasil Contemporâneo

FONSECA da, Laura Regina da Silva Câmara Maurício
NUNES, Cíntia Florence

Introdução

Primeiro, as bruxas não eram apenas vítimas. Eram mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social. Ameaçavam, lançavam olhares reprovadores e amaldiçoavam quem se recusava a ajudá-las; algumas se tornaram inconvenientes, aparecendo de repente, e sem serem convidadas, na soleira de vizinhas e vizinhos que viviam em melhor situação ou realizando tentativas inadequadas de se tornarem aceitas ao oferecer presentinhos para criancinhas. (Federici, 2019, p. 63)

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas reflexões sobre o avanço do neoconservadorismo no Brasil e o impacto no contexto de vida das mulheres. Com este intuito, parte-se do pressuposto de que o controle e a opressão dos corpos e do trabalho das mulheres são centrais no processo político histórico de dominação das mulheres, organizado no sistema arcaico do patriarcado, cumprindo requisito à produção e à reprodução social no Capitalismo.

O pensamento de Federici (2017; 2019; 2021), uma autora feminista e marxista, representa importante contribuição para a reflexão sobre o avanço do neoconservadorismo mundial e a luta das mulheres frente ao constructo de dominação, situando o lugar central do feminismo, partir do resgate histórico das formas de enredo do controle e da opressão das

mulheres no passado e no presente. A autora é conhecida por sua força analítica e potência crítica, tem profundo conhecimento das obras de Marx, o qual ressalta em seus estudos, que a luta feminista está no centro da luta anticapitalista. Consequentemente, a revisão da leitura escolhida busca demonstrar que o marxismo feminista é essencial para o pensamento crítico contemporâneo.

Ademais, este capítulo traz outras valiosas contribuições de diversos autores e autoras do campo teórico crítico, apresentando um diálogo entre as “idéias, os indicadores e os fatos” da realidade de violência contra às mulheres no Brasil, a piora no cenário atual como resultante das medidas dos governos de Temer e Bolsonaro.

Este capítulo visa discutir os desafios da luta das mulheres no país, a fim de analisar os principais debates colocados na atual conjuntura. O corpo do capítulo está organizado a partir desta introdução, dois tópicos que abarcam base conceitual e demonstração de dados atuais: **1. Caça às Bruxas: A luta das mulheres; 2. As implicações do avanço do neconservadorismo na vida das mulheres brasileiras**, e por fim, apresenta-se breves considerações à guisa de uma conclusão, sem a pretensão de esgotar o debate a respeito deste tema tão caro para nós - mulheres assistentes sociais - nestes tempos de cólera.

1. Caça às Bruxas: a luta das mulheres

*Em Mulheres e a Caça às Bruxas*¹, Silvia Federici ressalta, novamente, que as centenas de mulheres perseguidas entre os séculos XV e XVIII não poderiam ter sido massacradas se não tivessem desafiado as estruturas de poder vigentes na época. Como em *Calibá e a Bruxa*², a autora nos lembra que foram as mulheres as mais atingidas com o advento do capitalismo e, ao contrário do imaginário social, a caça às bruxas não se restringiu ao fanatismo religioso ou a Inquisição Romana, mas foi uma

¹ Livro publicado pela editora Boitempo, 1ª edição em 2019.

² *Calibá e a Bruxa: mulher, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2017.

iniciativa política de grande importância nas relações societárias e na vida das mulheres, tanto no passado, como no presente.

A tese de Federici concentra-se no fato de que o cercamento e a privatização das terras comunais na Europa, na transição do feudalismo ao capitalismo, provocou a pauperização de milhares de mulheres, às quais foram lançadas a uma condição de mendicância e a fome. Concomitante ao processo de cercamento das terras, identifica-se o cercamento dos corpos das mulheres, a partir do controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres.

A caça às bruxas se coloca na encruzilhada de um conjunto de processos sociais que lapidaram o caminho para o surgimento do mundo capitalista moderno, tal como o conhecemos hoje. Contudo, Federici argumenta que a caça às bruxas raramente aparece na história do proletariado, sendo um período negligenciado pelos historiadores, inclusive pelos historiadores marxistas, salvo raras exceções.

A misoginia inspirou abordagens acadêmicas que retrataram as mulheres como miseráveis que sofriam com alucinações, frágeis, submetidas à loucura. Foi somente com uma revisão da história pelas feministas, que este cenário pode ser reconstruído, uma vez que centenas de milhares de mulheres não poderiam ter sido massacradas e submetidas à torturas, num período de pelo menos dois séculos, se não tivessem proposto um desafio à estrutura de poder (FEDERICI, 2017; 2019). Deste modo, Federici (2019) destaca que:

[...] a população africana escravizada, as comunidades camponesas expropriadas na África e na América Latina e os povos indígenas massacrados na América do Norte seriam parentes próximos das bruxas européias dos séculos XVI e XVII - estas, assim como esses grupos, tiveram suas terras confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para a agricultura comercial e viram sua resistência ser perseguida como sinal de um pacto diabólico. (FEDERICI, 2019, p. 41)

No processo de degradação social que as mulheres sofreram com a

chegada do capitalismo, a caça às bruxas é um ponto decisivo na história das mulheres na Europa, configurando um “fenômeno ao qual devemos retornar de forma reiterada se quisermos compreender a misoginia que ainda caracteriza a prática institucional e as relações entre homens e mulheres” (FEDERICI, 2017,

p. 292). Desse modo, Federici argumenta que revisitar a história da caça às bruxas significa entender os processos de luta econômica a qual as mulheres europeias estavam imersas, questionando a visão de que as mulheres foram vítimas desse processo, uma vez que eram mulheres que resistiam a própria pauperização e exclusão social (FEDERICI, 2019). A autora ainda defende que:

[...] essa forma de perseguição não está mais relacionada a um momento histórico específico. Ela adquiriu vida própria, de modo que os mesmos mecanismos de agora podem ser usados em sociedades diversas, quando nelas houver pessoas que precisam ser ostracizadas e desumanizadas (FEDE-
RICI, 2019, p. 137 - 138).

Para a historiadora, a caça às bruxas é um mecanismo estratégico para o funcionamento do capitalismo, mesmo que travestido com outras roupagens. Isso porque o capitalismo sempre passa por alguma crise e precisa se reafirmar a cada período na história contemporânea. A opressão às mulheres e seu afastamento do trabalho produtivo passaram a ser vistos como normais quando, na verdade, foram as bases criadas para a estruturação da sociabilidade capitalista. A separação da produção e da reprodução da vida social, bem como a hierarquização da divisão sexual do trabalho, são expressões concretas de um processo histórico.

Enquanto as mulheres eram condenadas como bruxas ou relegadas ao lar, os homens passaram a trabalhar fora de casa e a receber um pagamento por isso. O que restou para as mulheres foi o trabalho reprodutivo – ter filhos, ou, em outras palavras, reproduzir a mão de obra para o sistema capitalista. Porém, a reprodução não é vista como um trabalho, mas como um dom natural e biológico das mulheres que implica na des-

valorização da mulher mesmo com o avanço da presença feminina nos espaços de trabalho (FEDERICI, 2017).

Ou seja, revisitar a história da caça às bruxas auxilia na compreensão do ressurgimento do fenômeno no período contemporâneo com o enfraquecimento dos laços comunitários e a ascensão da lógica neoliberal. Com a expansão capitalista ao redor do mundo, marcada pela expropriação de terras e demais recursos naturais, as mulheres acabam sendo as principais vítimas de violência, por serem resistência a estas mudanças. A seguir, retoma-se essa perspectiva, a fim de problematizar o avanço do neoconservadorismo no Brasil e suas implicações para a luta das mulheres na atualidade.

2. As implicações do avanço do neoconservadorismo na vida das mulheres brasileiras

O avanço do neoconservadorismo é um fenômeno mundial que, aliado ao neoliberalismo e ao neofacismo, pode ser interpretado como uma resposta política a ascensão da luta das mulheres e da agenda feminista nos espaços institucionais. No Brasil, percebe-se que desde 2013 a extrema-direita vem ganhando espaços nas ruas, além do processo explícito de misoginia e sexismo durante o golpe jurídico-civil-parlamentar, em 2016, que interrompeu o mandato presidencial de Dilma Rousseff. O pensamento neoconservador manifesta-se, sobretudo, por uma forte resistência a mudanças que, de alguma forma, representem ameaças às tradições, à ordem e às instituições. Como consequência, são disseminadas propostas de retrocessos, reproduzindo preconceitos e diversas formas de discriminações, às quais estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente naturalizadas e incorporadas. O neoconservadorismo, enquanto expressão político-ideológica, visa impedir mudanças que possam alterar de forma significativa a realidade (KELLER, 2019).

No Brasil, a ascensão da extrema direita pode ser identificada desde meados de 2013, sendo o processo de impeachment da presidente Dil-

ma Rousseff seu ponto inflexão e da subsequente adoção de uma política nacional notadamente antidemocrática, reacionária e conservadora. O processo de golpe jurídico-civil-parlamentar em 2016, representou uma ruptura institucional no país, sendo o estopim para a ascensão de forças reacionárias nos espaços públicos de poder.

Nesse sentido, se identifica o aprofundamento dos pressupostos neoliberais de livre mercado e liberdade negativa, os quais se aliam à defesa neoconservadora de um Estado forte no âmbito da disciplina e da ordem e no fortalecimento de valores tradicionais, como a propriedade privada, a família patriarcal, o patriotismo entre outros. O efeito desse processo será a instituição de um Estado não garantidor de direitos sociais, com políticas de proteção social residuais, apesar de centralizador e controlador, com marcantes ações de coerção (PEREIRA, 2013).

O governo de Michel Temer (2016 - 2018), que assumiu a presidência da república após a saída de Dilma Rousseff, foi responsável por implementar um conjunto de reformas que retiram direitos das trabalhadoras brasileiras. Destaca-se a aprovação da Lei da Terceirização, Nº. 13.429, em março de 2017, e da Lei da Reforma Trabalhista, Nº. 13.467, em julho de 2017.

A aprovação da Reforma Trabalhista alterou de forma significativa o conteúdo da Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943, a qual representa um longo processo de lutas dos trabalhadores durante a industrialização capitalista no Brasil para assegurar a regulamentação das relações e dos direitos trabalhistas. Para se garantir a aprovação da Reforma Trabalhista defendeu-se fortemente o argumento de que esta geraria novos postos de trabalho, ampliando, assim o acesso dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora a direitos disponíveis até então, conforme seus defensores, somente àqueles que participam do mercado formal, trabalhadores estes, vistos como privilegiados frente aos demais. (ANTUNES E PRAUN, 2019).

Desse modo, identifica-se um discurso mistificador das reformas ultraneoliberais, obscurecendo os conflitos entre capital e trabalho. Todavia, a promessa de geração de empregos pelas alterações nas legislações

trabalhistas não se concretizou, acarretando, inversamente, o aumento do desemprego. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil tem cerca de 14 milhões de desempregados em 2022, bem acima do nível de antes da pandemia em 2019. Conforme o levantamento, no último trimestre de 2019, quando a pandemia de covid19 ainda não era presente no país, o Brasil tinha 12,5 milhões de desempregados. Em 2020, esse dado aumentou para 13,2 milhões. Já em 2021, foram 14,3 milhões de desempregados no país (OIT, 2022).

Além disso, ainda sob o governo Temer foi aprovada a proposta de Emenda Constitucional nº 95, conhecida como a “PEC do fim do mundo”, a qual estabeleceu um novo regime fiscal com teto de gastos para investimentos em políticas públicas, nas áreas da saúde, educação e assistência social. A PEC aprovada vale por vinte anos, permitindo apenas a reposição da inflação acumulada do ano anterior. Tal medida afeta diretamente os serviços públicos, uma vez que sem investimentos suficientes, a precarização e insuficiência destes, afeta diretamente a população. Neste cenário, são as mulheres as maiores atingidas, uma vez que cabe na cultura patriarcal cabe a elas o cuidado com as crianças e os idosos.

De acordo com um estudo do IBGE, no Brasil, em 2019, as mulheres se dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a essas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste (IBGE, 2021). Desse modo, se não há a oferta de serviços essenciais como creches, escolas e serviços de saúde, estes cuidados são transferidos pelo poder público ao âmbito privado, como uma responsabilidade exclusiva da família, onde as mulheres são responsáveis pela reprodução social familiar.

Em períodos de intensificação das premissas neoliberais, ocorre uma transferência de atribuições do Estado para as famílias, onde as mulheres são as mais atingidas, uma vez que os determinantes culturais são internalizados por elas para que assumam a responsabilidade pelo cuidado no âmbito privado da estrutura familiar.

No Brasil, com pouca tradição em direitos sociais, a família historicamente já assume parte significativa das funções reprodutivas, sobretudo, num contexto de crise econômica e social. As famílias pobres, em geral despreparadas para prover cuidado domiciliar e sem base de apoio e suporte social, lutam cada vez mais, para dividir com Estado os encargos de cuidar, como uma de suas estratégias de sobrevivência (ROSA, 2011). Fortalece-se assim o pensamento neoconservador para a manutenção da ordem estabelecida, reforçando o papel da mulher no cuidado, baseado na divisão sexual do trabalho.

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, candidato favorecido pela propagação de notícias falsas (as chamadas *fakes news*) e pelo fundamentalismo religioso, se assentou em discursos de ódio à comunidade LGBTQIA+, às mulheres, aos negros e aos povos tradicionais, bem como o ataque direcionado aos direitos humanos e o fortalecimento do aparato civil militar (como a proposta de flexibilização da compra e venda de armas de fogo no país). Sob o governo Bolsonaro, presencia-se a defesa dos valores da família tradicional brasileira, contra a famigerada “ideologia de gênero”. Na prática, isso significou a retirada dos direitos sexuais e reprodutivos e a ascensão de posições retrógradadas, opondo-se ao uso de expressões como gênero, direitos reprodutivos, saúde sexual, educação sexual em acordos e documentos oficiais, bem como posicionamentos contrários dos direitos da população LGBTQIA+.

A concepção única, heretonormativa e nuclear da família, enquanto base da sociedade brasileira, constitui-se assim, num poderoso mito que reforça o conservadorismo, o nacionalismo e o racismo, no qual institui-se uma norma padrão para as relações sociais e políticas. Desse modo, qualquer desvio da norma é visto enquanto ameaça a própria base societária. Essa cruzada moral é parte central do arcabouço do nacionalismo bolsonarista e da ascensão da extrema direita no país e seus impactos são refletidos através do aumento do número de casos de violência contra às mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos últimos anos (RUAS DA FONSECA E ALENCAR, 2021).

Diante dessa realidade, identifica-se as inúmeras consequências per-

versas dessa realidade para a vida das mulheres. Talvez a mais brutal seja a incapacidade do Estado em garantir o direito à vida, tendo em vista o número alarmante de feminicídios no país³. Só no primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, média de quatro mulheres por dia, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Destaca-se o perfil das mulheres vítimas de feminicídio: 68,7% das vítimas de feminicídio tinham entre 18 e 44 anos, 81,7% das vítimas foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo e 62% eram negras (BUENO, LAGRECA E SOBRAL, 2022). Ou seja, fica evidente a interconexão entre gênero e raça quando olhamos os dados de quem são as mulheres que morrem em decorrência do feminicídio no país.

Contudo, este não é um fenômeno novo na realidade brasileira, como bem destacou Lélia Gonzalez (2018) em relação ao papel da mulher negra na constituição da identidade brasileira e na articulação do duplo fenômeno do racismo e do sexismo: “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular [...] Trata-se das noções de “mulata, doméstica e mãe preta” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

No Brasil, os dados indicam um crescimento contínuo das mortes de mulheres em razão do gênero feminino desde 2019. Em relação ao primeiro semestre de 2019, o crescimento foi de 10,8%, no mesmo período de 2022. Apesar do crescimento ininterrupto da violência letal contra a mulher, os recursos investidos pelo Governo Federal para o enfrentamento à violência têm reduzido drasticamente. A redução dos valores destinados às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher ocorreu em meio a uma mudança substancial que priorizou uma visão familista ao criar o Ministério da Família e dos Direitos Humanos

³ A Lei 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. A lei considera o assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

por parte do Governo Bolsonaro, com o esvaziamento total da compreensão de gênero como eixo orientador das políticas públicas (BUE-NO, LAGRECA E SOBRAL, 2022). Além do escasso investimento nas políticas públicas de combate à violência doméstica, identifica-se ainda outras tantas ofensivas contra o direito das mulheres brasileiras.

Neste sentido, destaca-se o Projeto de Lei que visa instituir no país o Estatuto do Nascituro, o qual prevê a instituição de direito à vida desde a concepção, ou seja, proteção integral ao nascituro. No Brasil, de acordo com a legislação, o aborto só pode ser realizado em casos de estupro, quando há risco de vida para a pessoa gestante e em casos de feto com anencefalia, porém, o Projeto de Lei que tramita no Congresso revoga essas autorizações. Na prática, o aborto é criminalizado em toda e qualquer circunstância, retirando os direitos das mulheres - pessoas reais - para conceder a pessoas potenciais - já que o Estatuto do Nascituro tenta promover o feto ou o embrião à condição de uma pessoa.

O Projeto de Lei, apresentado pela primeira vez em 2007, ressurgiu de tempos em tempos como pauta da extrema-direita e dos fundamentalistas religiosos, a fim de garantir o debate acerca da criminalização do aborto e de restringir o direito das mulheres. O Estatuto do Nascituro, ao exigir que as mulheres passem meses vivenciando uma gestação fruto de uma violência sexual, como nos casos de estupro, ou então um feto que fatalmente morrerá antes ou logo depois de nascer, mostra a perversidade com que os defensores da proposta cultivam contra às mulheres.

O aborto, mesmo ilegal, é uma prática comum entre as mulheres brasileiras. A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2016 demonstrou que das 2.002 mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos entrevistadas, 13% (251) já fez ao menos um aborto. Trata-se de uma proporção semelhante à da Pesquisa Nacional de Aborto de 2010, onde identificou-se em torno de 15%. Uma em cada cinco das mulheres brasileiras fez um aborto aos 40 anos. Em 2015 ocorreram cerca de meio milhão de abortos. Considerando que grande parte dos abortos é realizado fora das condições plenas de atenção à saúde, por ser ilegal, o aborto torna-se, indiscutivelmente, um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil.

Contudo, o Estado é negligente ao não criar políticas públicas para o enfrentamento do problema (DINIZ, MEDEIROS E MADEIRO, 2017).

Deste modo, destaca-se três estratégias necessárias e urgentes quando pensamos nas políticas para as mulheres referente aos direitos sexuais reprodutivos. Estas estratégias devem acontecer de modo a articular entre elas as ações de políticas públicas para as mulheres.

A primeira estratégia refere-se ao trabalho pedagógico quanto à educação sexual, a qual deve ser abordada nos espaços educacionais, como escolas e universidades, além dos próprios locais de moradia e trabalho. Educação sexual que passa longe de concepções morais, devendo cumprir o papel de informar as mulheres não apenas de uma gravidez indesejada, como também de prevenir situações de violência e como proceder em situações de risco e vulnerabilidade.

A segunda estratégia perpassa as políticas públicas com relação à saúde das mulheres. Anticoncepcionais e preservativos devem ser disponibilizados, junto com uma política integral de saúde da mulher, a qual estabeleça diretrizes de atenção à saúde da mulher não apenas em períodos gestacionais. Tal medida exige que os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam 100% públicos e estatais, com investimento do Estado e profissionais capacitados para o trabalho na saúde pública.

A terceira estratégia deve reconhecer a necessidade de descriminalização e garantia de aborto legal e seguro às mulheres, para que estas não morram. Deste modo, identifica-se que descriminalizar o aborto é o primeiro passo, mas não o suficiente para garantir que todas as mulheres tenham um atendimento humanizado nos serviços de saúde. Ou seja, a descriminalização por si só, não garante condições objetivas para realizar um aborto seguro as mulheres que dependem dos serviços do SUS, que são em sua maioria negras provenientes dos setores populares da sociedade. Do mesmo modo, a garantia do aborto legal e seguro, implica na possibilidade da construção de uma nova mentalidade que não condene moralmente e/ou psicologicamente as mulheres que decidem abortar.

Sendo assim, o debate que deve ocorrer em torno da questão do aborto deve ser o da defesa intransigente dos direitos das mulheres, pelo

direito de existir, pensar e decidir. A soberania da mulher sobre sua vida e sobre seu próprio corpo é o que deveria ser levado em conta quando pensamos em projetos de Lei e ações do Estado.

Considerações finais

O presente capítulo buscou apresentar algumas reflexões sobre o avanço do neoconservadorismo no Brasil e o impacto no contexto de vida das mulheres, considerando a conjuntura de assalto à democracia, políticas retrógradas de governo e avanço do autoritarismo político, experienciada em quase uma década, desde o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff até o nefasto período de governo Jair Bolsonaro. O pensamento de Silvia Federici, autora feminista e marxista, é a referência central na análise, para a reflexão sobre o avanço do neoconservadorismo mundial e a luta das mulheres frente ao controle e à opressão que são submetidas ao longo do tempo.

O contexto de aumento das violências de gênero e contra às mulheres, a redução e extinção de direitos das mulheres trabalhadoras, a ampliação do desemprego e a precarização do trabalho e salário, situa o campo fértil para propagação do ideário neoconservador no país e serve de pano de fundo deste ensaio. Um contexto favorecido com políticas, decretos e medidas provisórias de cunho ultraconservador, além das tentativas de promulgação de leis de controle do corpo e da sexualidade das mulheres, Um momento dos mais dolorosos para as mulheres brasileiras.

Sem a intenção de finalizar com questões “fechadas”, ou simples de propor e executar, o objetivo é pensar a realidade a partir da sua concreta complexidade: a vida das mulheres no Brasil e seus desafios cotidianos: violências, desamparo e desproteção trabalhista e social. Para tal, indicam-se algumas estratégias de políticas públicas, que requerem mobilização das mulheres, vontade política de governantes e legislações progressistas. Como se diz, não são questões simples de propor e executar.

Não obstante, mas, para enfrentar um contexto com questões tão difíceis, numa sociedade que não muda de um pleito eleitoral para outro, é

fundamental manter a organização das mulheres, a luta social por transformações a favor da garantia de direitos que se realizem efetivamente. De modo que, reafirmar a importância da luta das mulheres, que, se não cumpriu seu alcance pleno, uma sociedade justa e igual, tem sido até os dias atuais a única possibilidade de esperança para conquistá-la.

Referências

ANTUNES, Ricardo. PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.

BUENO, Samira ; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Oficina 22. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o- semestre-de-2022/. Acesso em 07 dez. 2022.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. de 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8LRYdgSMzMW4SDDQ65zzFHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 dez. de 2023.

FEDERICI, S. **Calibá e a Bruxa**: mulher, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2017.

_____. **Mulheres e a caça às bruxas**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

_____. **O patriarcado do salário**. 1ª edição. vol.1. São Paulo: Editora Boitempo, 2021

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, Anpocs, 1984, Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/>

[mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%-C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://www.ibge.gov.br/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%-C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf) Acesso em 07 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101784>. Acesso em 08 dez 2022.

KELLER, S. B. A. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista: implicações ao Serviço Social. **SER Social**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 157–178, 2019. DOI: [10.26512/ser_social.v21i44.23487](https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23487). Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23487. Acesso em: 17 nov. 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes.** Tese de Doutorado em Serviço Social – Programa de Pós- Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSA, L. C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família.** 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

RUAS DA FONSECA, R.; ALENCAR, T. Para uma Análise Inicial dos Impactos do Ultraneoliberalismo Brasileiro sobre a Reprodução Social. RTPS - **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 317-338, 30 jun. 2021.

Currículos

Aíne Pinheiro Rodrigues

Graduanda do Curso de Serviço Social através da Universidade Federal de Santa Maria, ingressante no ano de 2021, finalizando atualmente o 3º semestre do curso com previsão de conclusão de curso para 2025/2. No momento atual, sou estagiária da prefeitura de Santa Maria, no setor de Habitação, na área do Social da secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB). E-mail: ainerodrigues2212@gmail.com

Brenda Amaral Machado

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA), em Salvador, Bahia. E-mail: brendvmachado@gmail.com

Cíntia Florence Nunes

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas - GEJUP/UFRGS e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos - GEPEDH/PUCRS. Assistente Social no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Segurança Pública. E-mail: cintia.florence@gmail.com

Eliana Mourgues Cogoy

Doutora em Ciências Sociais pela FLACSO/ Argentina. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

do Sul/PUCRS. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social – NEPM-QS/CNPq. E-mail: eliana.cogoy@edu.pucrs.br

Gabriela Dos Santos Aranda

Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Bolsista do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq (Hegemônicas). E-mail: aranda.gabi33@gmail.com

Larissa Ramalho Pereira

Graduação em Serviço Social pela Universidade Franciscana (UFN), mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é professora colaboradora da Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental da UFSM. E-mail: larissa.ramalho.pereira@gmail.com

Laura Cruz da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, bolsista do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq, no Projeto de Pesquisa Serviço Social e transversalidade: um estudo acerca dos temas transversais nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social. E-mail: laurazurcs@gmail.com

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora Associada II da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq e Coordenadora do Núcleo – Hegemônicas - UFSM. Coordenadora do Curso e Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFSM. E-mail: laurafonseca.22@gmail.com

Maria Brendler Nosvitz

Assistente Social pela Universidade Franciscana (UFN), Especialista em Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestranda em Ciências Sociais pela mesma Instituição. Pesquisa, principalmente, movimentos feministas, relações patriarcais de sexo e feminismo materialista. E-mail: maria.nosvitz@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5822-1522.

Matheus Fabrício Da Silva

Graduando do Curso de Serviço Social na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Membro voluntário do Laboratório de Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social da UFSM. E-mail: matheusfdasilva3@gmail.com

Nathália Borges de Quadros

Graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: borgesnathalia98@gmail.com

Patrícia Krieger Grossi

Doutora em Serviço Social pela Universidade de Toronto – CANA-

DA. Professora Adjunta do programa de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI/CNPq. Pesquisadora produtividade do CNPq 1B. E-mail: pkgrossi@pucls.br.

Rafaela Marques Garcias

Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Foi bolsista do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. E-mail: rafaela.garcias@acad.ufsm.br

Tamires Durigon Almeida

Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é bolsista do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Hegemônicas. E-mail: tamires.dalmeida06@gmail.com

Vanelise de Paula Aloraldo

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é professora substituta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: vanelise.aloraldo@gmail.com